



# Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB – 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 91.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Nelson Justus e Nilton Barbosa (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vinte e oito Srs. Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 059/93

Curitiba, 24 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 9º, da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, cumprimento dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal retro-mencionada baixou e fez publicar o Decreto nº 2.499, de 25 de agosto de 1993.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária aos convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para capacitação de docentes, aquisição de material didático e pedagógico.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

DECRETO Nº 2499

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 9º, inciso III da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 3.180.404,00 (três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e quatro cruzeiros reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 25 de agosto de 1993

172º da Independência e 105º da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

## SUPLEMENTAÇÃO

A N E X O 1

ANEXO AO DECRETO NO 2499

FL. 01

CRS 1,00 (REAL)

CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FTIDI	ILI	VALOR	IN. DO
I		DESPESA I	IRI				IPROC
I							ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I	I		I
I		I	I	I	I		I
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I	I	I		I
2779	IDESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DE	I	I	I	I		I
	IJOVENS E ADULTOS	I	3120.00	I07	ILI	244.000	I0639
I		I	3132.08	I07	ILI	428.824	I0639
2781	IDESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	I	I	I		I
	IESPECIAL	I	3120.00	I07	ILI	2.507.580	I063
T O T A L						I	3.180.404 I

## CANCELAMENTO

A N E X O 1

ANEXO AO DECRETO NO 2499

FL. 01

CRS 1,00 (REAL)

CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FTIDI	ILI	VALOR	IN. DO
I		DESPESA I	IRI				IPROC
I							ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I	I		I
I		I	I	I	I		I
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I	I	I		I
1084	IPROJETO QUALIDADE NO ENSINO	I	I	I	I		I
	IPUBLICO DO PARANA	I	3132.08	I07	ILI	3.180.404	I0639
T O T A L						I	3.180.404 I

Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 060/93

Curitiba, 24 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.128.666,00 (três milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade de Artes do Paraná e Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, aprovados pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de custeio e aquisição de equipamentos e material permanente para uma melhor eficiência das entidades.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da Faculdade de Artes do Paraná, no exercício de 1992, e do excesso de arrecadação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de

Paranavaí.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 3.128.666,00 (três milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da Faculdade de Artes do Paraná, no exercício de 1992 e de excesso de arrecadação da Faculdade Estadual de

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexo

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAR		ANEXO		FL. 01		CR\$ 1.00 (R\$AL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN LOI	PROCI	ICOF
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	1	1 1 1		1	1	
	DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES LIVINCULADAS	1	1 1 1		1	1	
1238	FACULDADE DE ARTES DO PARANA	1	1 1 1		1	1	
1157	EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA FACULDADE DE ARTES DO PARANA	1	1 1 1	4120.00150	146081		
2318	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR EM EDUCACAO ARTISTICA E MUSICAL	1	1 1 1	3120.00150	146031		
		1	1 1 1	3132.08150	146081		
1240	FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO, CIENCIAS E LETRAS DE PARANAIBA	1	1 1 1		1	1	
2319	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR EM PARANAIBA	1	1 1 1	3132.01150	146321		
		1	1 1 1	3132.05150	146321		
		1	1 1 1	3132.08150	146321		
TOTAL		1		3 128 666	1		

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II		FL. 01		Cr\$ 1.000.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR				
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES						
	FACULDADE DE ARTES DO PARANA						
1990.05.50	Saldo de Exercicios Anteriores - Diretamente Arrecadados	50	728.666				
	FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO, CIENCIAS E LETRAS DE PARANAIBA						
1399.00.00	Produto de Outras Operacoes	50	2.400.000				
TOTAL						3.128.666	

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

## OFÍCIO

Sob o nº ATCC 4687/93, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Ovídio Constantino, que pede esclarecimentos ao Secretário Especial da Política Habitacional, sobre "Os Conjuntos Habitacionais Jardim Conceição e David Ferdemann, de Ponta Grossa". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO Nº 3706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 455/93, oriundo da Mensagem Governamental nº 46/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor CR\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem-DER.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

## REQUERIMENTO Nº 3723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 044/91 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, requer ainda, votação nominal para o referido Projeto.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 3755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 521/93, Mensagem nº 058/93, de autoria do Poder Executivo da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO Nº 3686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada dos Projetos de Lei nºs 522/93, de autoria do Tribunal de Justiça,

523 e 525/93, ambos de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, da Ordem do Dia de hoje por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) OSWALDO TREVISAN

## REQUERIMENTO Nº 3744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 044/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoiamento: Mário Bezerra, Geraldo Cartário, Oswaldo Trevisan, Rossoni, Luiz Carlos Martins, Luiz Antonio Setti, Paulo Maia, João Iensen, Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, Júlio Bifon, Arlindo Troian, Neivo Beraldin, Djalma de Almeida César, Basílio Zanusso, Luiz Henrique Bona Turra, Severino Félix, Alceu Swarowski, Eurides Moura, José Arthur Ritti, Erondy Silvério, Algaci Túlio, João Preis, Renato Adur e 1 ilegível.

## REQUERIMENTO Nº 3760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, do Projeto de Lei nº 127/92, de minha autoria, que altera a redação da Lei Complementar nº 59/91, de 01 de outubro de 1991.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 3761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 111/93, de minha autoria por cinco sessões, que institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 3724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das proposições constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Proposições nºs. 051/93; 053/93; 056/93 e 057/93.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco dos Projetos de Lei que declaram entidades de Utilidade Pública, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 3737

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Brasília de Ramos, ocorrido em Ponta Grossa.

A extinta era viúva do Sr. Izidoro José Ramos, deixa os filhos Manoel, Dinarte, Dário, Carolina, Ibrantina, Olívio, Silvío, Atílio e Nelson. Deixa ainda 18 netos e 27 bisnetos.

Pessoa de grande estima e amizade perante os ponta-grossenses, aos quais causará grandes saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, em nome de seus filhos, sito à Rua Marciólio Dias - 311, Vila Palmeirinha, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3738

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Laércio Francisco Pupo Paz, ocorrido no município de Imbituva.

O Sr. Laércio era casado com a Sra. Rose Pupo Paz e deixa os filhos Cioni, Sérgio e Alison Pupo Paz.

O extinto era um industrial madeireiro, de grande estima e amizade, e que com certeza causará muita saudade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, em nome de sua esposa e filhos, sito à Rua dos Imigrantes - s/n, em Imbituva.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Alexandrina Perugine, ocorrido no dia

27.09.93, no Município de Andirá.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Alexandrina Perugine, falecida aos 74 anos, no dia 27.09.93, era de tradicional família andiraense, que ajudaram a desbravar o Norte Pioneiro, inclusive dando o nome de Porto Leopoldino, as barrancas do Rio Paranapanema, na divisa do Estado de São Paulo.

Foi casada com Domingos Perugine, já falecido, que foi político atuante, no Município de Andirá, tendo sido Vereador, Presidente da Câmara Municipal e vice-Prefeito da Cidade.

Deixou os filhos Creuza, Darci, Neusa, João, Sérgio, Rosane e José Maria.

Assim requer, que a decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 3705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de congratulações às 08 Oficinas-Escolas, implantadas pela Prefeitura de Guarapuava, através da Secretaria Municipal de Educação.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) RENATO ADUR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 553/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Sistema Estadual de Crédito Educativo, para alunos do ensino universitário e de especialização técnica e científica.

Art. 2° - O Sistema Estadual de Crédito Educativo será financiado com recursos próprios do Estado, e se destina a financiar os gastos com anuidades escolares e ou manutenção de alunos oriundos de renda igual ou inferior a 08 (oito) salários-mínimos.

§ 1° - A critério de uma Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, integrada pro 09 (nove) membros a serem nomeados pelo Governador do Estado, poderão ser concedidas bolsas integrais para estudantes oriundos de famílias cuja a renda não ultrapasse 04 (quatro) salários mínimos, e meia-bolsa para estudantes cuja renda familiar situe-se entre 04 (quatro) e 08 (oito) salários mínimos.

§ 2° - A Comissão Coordenadora do Sis-

tema Estadual de Crédito Educativo, respeitados os critérios estabelecidos nesta lei, disporá sobre os critérios para concessão dos financiamentos, com recuperação financeira após a obtenção da habilitação profissional.

§ 3º - Fica vedada a destinação de recursos próprios do ensino superior do Estado para financiar o Sistema Estadual de Crédito Educativo.

a) A Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, poderá organizar, implantar e estabelecer critérios para a concessão do financiamento para estudos e cursos, com recuperação financeira após a conclusão da habilitação profissional.

b) Os recursos previstos no "caput" desse artigo, serão depositados no Banco do Estado do Paraná S/A, ao qual competirá a análise da concessão do financiamento, bem como, de sua recuperação financeira. Caberá, ainda, ao BANEESTADO, buscar novas fontes de recuperação, além dos já acima mencionados.

Art. 3º - A habilitação dos estudantes ao Crédito Educativo Estadual estará condicionada a pedido dos diretamente interessados, desde que tenham obtido no último ano do curso secundário estadual a notas iguais ou superiores a 07 (sete) por disciplina, com única exceção de um 05 (cinco).

Art. 4º - O Governo do Estado criará Comissão Especial, implantadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, composta de 07 (sete) membros, sob a coordenação de um representante da Secretaria de Estado da Tecnologia e do Ensino superior para funcionamento do Sistema em 1994.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Edson Silva Lino, Cezar Silvestri, Élio Rusch, Júlio Bifon, Mário Bezerra, Heinz Herwig, Arlindo Troian, Ovídio Constantino, Eurides Moura, Algaci Túlio, Paulo Maia, Luiz Antonio Setti, João Preis, Neivo Beraldin, Basílio Zanusso, João Iensen, Plauto Miró Guimarães, Nereu Alves de Moura, Toti Colaço, Lourenço Fregonese, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Rossoni, Luiz Carlos Zuk, Severino Félix.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná vem cumprindo suas responsabilidades para com a educação de nível superior no Estado.

Quem não o faz satisfatoriamente é o

Governo da União, que embora reconhecendo a qualidade do ensino das Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná, não se empenhou em federalizá-las, agora em pretexto de sua ambigüidade filosófica, política e administrativa a respeito do ensino superior público e gratuito.

Por sua vez, o Governo do Paraná, mesmo contraditando os custos exorbitantes da liberalidade administrativa das escolas de nível superior, tem concorrido para a ampliação do ensino superior e disseminação de habilitações profissionais pelas regiões do Estado.

Esse ônus educacional cresce a medida em que, como unidade federativa, recebemos milhares de estudantes de outros Estados em nossos vestibulares. E é o que ocorre muito significativamente com a Universidade Federal do Paraná, já naturalmente procurada por ser sediada na Capital do Estado.

Este verdadeiro mutirão de esforços e empenhos tem pesado de maneira especial sobre a Região Metropolitana de Curitiba, onde os trabalhadores e famílias de baixa renda têm dificuldades, muitas vezes intransponíveis, para alcançar a educação superior, seja pelo limitado número de vagas disputado por todo o país, seja pelos custos das universidades e faculdades privadas.

De outro lado, a ajuda e a promoção às pessoas de baixa renda devem objetivar que elas próprias se ajudem, repudiando o paternalismo falsamente protetor, parente próximo do clientelismo eleitoral. Sem esquecer que interessa ao Paraná e ao seu futuro o estímulo ao bom estudante sem boas condições financeiras de prosseguir sua formação ao limite de suas potencialidades reveladas.

Acreditamos que se conjugam neste projeto de lei a inescusável responsabilidade do Estado, a democratização das oportunidades de educação superior e um sistema criterioso de concessão de bolsas completas e parciais de educação.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares com assento nesta Casa, ao projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 554/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Comunitária dos Moradores do Distrito Industrial de Trigo-lândia", com sede e foro no Município de Piên.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade de direito privado, regida sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, organizada exclusivamente com a finalidade de dar atendimento educacional, cultural e social aos moradores do Distrito de Triglândia e circunvizinhos, desde julho de 1991.

Pelo que expomos, contamos com o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 555/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Agricultores da Faxina - AMAFA, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação em pauta, organizada pelos agricultores/produtores do assentamento da Faxina, regida sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizadas exclusivamente para atendimento, social, educacional, cultural e promocional aos sócios comunitários moradores e circunvizinhos.

Fundada em 21 de outubro de 1990, tendo por finalidade o estudo dos principais problemas relativos à melhoria e adaptação do meio ambiente urbano, desenvolver atividades recreativas, sociais, esportivas e assistenciais, inclusive culturais e tudo mais que estiver no alcance de seus propósitos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio desta Proposição pelos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 556/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação e Assistência Social Weslegana da Vila São Pedro", com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora apresentamos, organizada por moradores da Vila São Pedro, foi organizada sob a forma de sociedade civil de direito privado, filantrópica, com a finalidade única para dar atendimento educacional, cultural e social aos seus associados e familiares.

Diante do exposto acima, solicitamos apoio desta proposição pelos nobres Deputados deste Poder.

Organizada e fundada em 20/Agosto de 1978.

PROJETO DE LEI Nº 557/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila União Cristo Rei", com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente associação, fundada em 04 de janeiro de 1991, regida sob a forma de sociedade privada, civil, sem fins lucrativos, organizada pelos moradores da Vila União Cristo Rei (Pinheirinho), com objetivo de promover atividades educacionais, culturais e sociais aos seus associados e circunvizinhos.

Pela forma exposta, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 558/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Confederação Paranaense de Candomblé", com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Confederação Paranaense de Candomblé, fundada em 08 de maio de 1978, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica, de caráter filantrópico-religioso e assistencial, beneficente, criativa e recreativa, com a finalidade principal de prestar a todas as Associações praticantes ou relacionadas com a Religião do Candomblé, a assistência necessária no sentido



de fortalecer, organizar e sanear a religião do Candomblé em nosso Estado.

Tem prestado ao longo dos anos que vem atuando, trabalho de grande relevância à comunidade, através de atividades religiosas, bem como, ajuda espiritual e material aos necessitados, que encontram junto à Confederação, conforto e alentos aos momentos difíceis em que pode vir a se encontrar o ser humano, em que a única resposta está na crença de um ser superior.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 559/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte", com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA

A entidade associativa em questão presta relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no que toca aos seus interesses coletivos.

Merece, portanto, ser declarada de Utilidade Pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, ainda mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis e conseqüente aprovação ao projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 560/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Tijucas do Sul, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tijucas do Sul, entidade

civil com fins assistenciais, vem prestando relevantes serviços à comunidade da região, sobretudo àquela mais carente, desprovida de condições para atender às necessidades básicas como: assistência médica à criança, à gestante, famílias com prole numerosa. Também esta entidade presta serviços de educação, higiene, orientando no desenvolvimento e no crescimento das crianças.

Sendo assim, pela importância de suas atividades prestadas à população da região, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 561/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em setembro de 1986, com sede na Rua Bocaiúva, n° 900, no bairro Santa Quitéria, nesta Capital, a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves é pessoa jurídica de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 4° Ofício desta Capital, sob o n° 401, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas.

A Associação tem como finalidade precípua congregar, dar representatividade e defender os interesses coletivos e individuais de seus membros, perante as autoridades legalmente constituídas, bem como a particulares e a todos os segmentos organizados da sociedade.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a Associação preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da entidade para tal reconhecimento.

PROJETO DE LEI N° 562/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em fevereiro de 1989, com sede provisória na Rua Cândido de Leão, 45, 11º andar, sala 1105, nesta Capital, a Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas é pessoa jurídica de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 4º Ofício desta Capital, sob o nº 962, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas.

A Associação tem como finalidade principal congregar os terapeutas na área das diversas terapias alternativas naturais, assistindo aos associados junto aos poderes públicos e amparando-os em suas justas pretensões na defesa de seus legítimos interesses profissionais. Também é importante destacar que a Associação contribui com os poderes públicos no sentido de aprimorar continuamente a prática das terapias naturais, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da saúde e dos atendimentos à saúde da sociedade, bem como mantendo fiscalização sobre as atividades dos terapeutas associados.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a Associação preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da entidade para tal reconhecimento.

PROJETO DE LEI Nº 563/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Estadual nº 9112 de 07 de novembro de 1989, passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pinturas e dos Pintores de Parede, Metais, Madeiras e Letras no Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos ao Plenário da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o presente plano de lei, objetivando adequar a lei que declarou de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Pintores de Paredes, Metais, Madeiras e Letras de Curitiba e Região Metropolitana,

Curitiba, terça, em 28.09.93

em 1989, a nova denominação da entidade.

Conservadas as suas finalidades que justificam o reconhecimento por meio da Lei nº 9112, por deliberação da sua Assembléia Geral, a entidade alterou a denominação para Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pintura e dos Pintores de Paredes, Metais e Letras no Estado do Paraná, conforme ata e demais documentos que seguem apensos ao presente projeto, devidamente registrados junto ao cartório competente.

PROJETO DE LEI Nº 564/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O polígono definidor das divisas territoriais do Município de Boa Esperança do Iguaçu, constante na Lei nº 9231, de 26.04.90, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Inicia na foz do rio Jaracatiá no rio Iguaçu, subindo por este até encontrar a divisa da Gleba 111-FB com a Gleba 121-FB seguindo por esta até encontrar a divisa da Gleba 107-FB, com a Gleba 85-FB, até encontrar a divisa do Lote 05 com o Lote 07 da Gleba 107-FB, seguindo por esta até o Lote 09 da mesma Gleba, seguindo pela divisa do lote 5 até encontrar a divisa da Gleba 111-FB, deste ponto até encontrar o rio Piracema até a divisa do Lote 52 com o Lote 61 da Gleba 107-FB, subindo por esta até encontrar a divisa da Gleba 110-FB, deste ponto até encontrar a divisa da Gleba 76-FB com a Gleba 78-FB, deste ponto em diante até encontrar a Estrada São José do Canoas até a encruzilhada Chopin II na Estrada Boa Esperança do Iguaçu e Dois Vizinhos, descendo por esta até encontrar o rio Canoas, descendo pelo rio Canoas até a sua foz no rio Iguaçu, seguindo por este até encontrar o ponto de início na foz do rio Jaracatiá".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente proposição apenas corrigir as divisas do Município de Boa Esperança do Iguaçu, tendo em vista que por equívoco, no Projeto de Lei que criou o Município, deixou de constar esse pequeno território, que, na verdade, consta no Projeto de Resolução que autorizou o plebiscito, e cuja população já foi consultada e também manifestou-se favorável a sua emancipação.

Dessa forma, como essa retificação não foi realizada no momento oportuno, faz-se necessário agora efetuar essa correção,

atendendo assim antiga reivindicação daquela comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 565/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Para os efeitos da aposentadoria de que trata o art. 35, inc.III, alínea "b", da Constituição do Estado do Paraná, considerar-se-á como de efetivo exercício nas funções de magistério as atividades docentes a qualquer título, as técnicas-pedagógicas e outras específicas dos demais especialistas em educação exercidas em estabelecimentos de 1º e 2º Graus do Sistema Estadual de Ensino, inclusive funções em secretaria, biblioteca e diretoria.

Parágrafo Único - Será considerado também como de efetivo exercício nas funções de magistério, o período em que o servidor público ocupar cargo de representação associativa ou sindical do Quadro do Magistério Público Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta proposição é disciplinar sobre a aposentadoria voluntária de professores, segundo lhes faculta a Constituição do Estado do Paraná que, consoante ao disposto no Art. 40, inc.III, alínea "b", da Constituição Federal, prevê em seu art.35, inc.III, alínea "b", o seguinte: "...voluntariamente:

b - aos trinta anos de efetivo exercício e funções de magistério, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;"

Em seu mérito a presente proposta busca esclarecer e normatizar um preceito constitucional, ainda hoje não muito claro e que tem confundido tanto a administração pública estadual quanto os professores e professoras que se habilitam a aposentar-se, após cumprido o tempo de serviço.

Atualmente, apesar da existência de pareceres favoráveis a nível federal e estadual, a chamada aposentadoria especial dos professores, aqui no Paraná os professores do sistema estadual de ensino - mesmo que em anos passados tenham sido designados pela própria Secretaria de Estado da Educação, para exercer atividades extra-classe - estão tendo suas solicitações de aposentadoria indeferidas pela Secretaria de Estado da Administração, que ainda está a exigir o retorno às salas de aula para cumprimento de tempo de serviço.

Ora, a aposentadoria dos professores é

um direito legal e que encontra amparo, inclusive, em legislação federal, que contempla quem dedicou uma vida de abnegação à educação dos paranaenses, sem receber o condizente com seu trabalho e formação, sem receber maior atenção das autoridades públicas, mesmo que com o devido registro em Carteira Profissional, o que é inadmissível, fruto do desconhecimento com que o assunto vem sendo tratado pelo Estado.

Encontram-se nesta situação centenas e centenas de professores e professoras que não conseguem aposentar-se ante exigências contestadas, porque cumpriram com seu trabalho, mesmo que designados pelo próprio Estado-patrão para outras atividades extra-sala de aula, período que não está sendo computado para efeito de aposentadoria, sem explicação convincente, fato que pode levar o Estado a ser acionado judicialmente na Justiça do Trabalho, com alto prejuízo para o Tesouro Público.

E outro sem número de professores que futuramente venham a solicitar aposentadoria, mas que se encontram na mesma situação dos atuais solicitantes, poderão se ver ante a incompreensão do Estado-patrão que, neste caso, mais uma vez avança contra a legislação para fazer valer pontos de vista totalmente inócuos e desprovidos de qualquer embasamento.

É diante deste quadro que estamos propondo o presente projeto de lei que normatizando e esclarecendo um preceito constitucional, por certo porá fim a um problema que afeta também, e infelizmente, nossa pobre educação.

Se, legislar sobre preceitos constitucionais é competência do legislativo, mais uma vez o fazemos fundamentalmente numa triste realidade.

Diante do aspecto social que encerra esta proposição, conclamamos os nobres pares com assento nesta egrégia Casa de Leis para que a apoiem, na certeza de sua aprovação unânime, como solução a mais um problema que enfrentam os educadores paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 566/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada como de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Cidade Gaúcha-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação, que ora busca seu reco-

reconhecimento como de Utilidade Pública, vem desenvolvendo desde 1966 atividades assistenciais, que visam principalmente as gestantes e a infância em geral, sempre com fins filantrópicos.

A entidade desenvolve programas de auxílio e informação às gestantes com intuito de prever futuros problemas físicos e psicológicos aos nascituros. Programas estes que vão desde informações genéricas sobre higiene às gestantes; proteção antes, durante e depois do parto com assistência médica, até assistência alimentar a nutriz em estado de desnutrição.

Também realizar as citadas atividades, no que alcançar, em prol das crianças e outras no sentido de dar uma vida mais digna aos menos favorecidos. Dessa forma desenvolve atividades de proteção e educação de crianças que estão sujeitas a fome, analfabetismo, abandono e conseqüentemente a criminalidade, assistência aos deficientes físicos e mentais, além de programas recreativos e informativos visando a boa formação moral dos futuros responsáveis pelo desenvolvimento do município, estado e do país.

A uma entidade que desenvolve tão nobres tarefas, há tanto tempo, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 567/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rebouças/Pr.", com sede e foro no Município de Rebouças/Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

((a)) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rebouças, foi criada em 26 de fevereiro de um mil novecentos e noventa e um, e mantém, desde então, a Escola Especial "A Escolhinha", atendendo crianças portadoras de deficiência mental em graus moderado e severo.

Atualmente, "A Escolhinha" atende vinte crianças, que freqüentam os programas de escolaridade, pré-escolar, treinamento básico e educação precoce, sendo que para sua manutenção, são arrecadados recursos de convênios celebrados pela A.P.A.E. com a Prefeitura Municipal de Rebouças e com a Secretaria de Estado da Educação.

Assim, para que proporcionemos a integração do excepcional junto à sociedade, pedimos o apoio dos nobres pares para que

Curitiba, terça, em 28.09.93

aproven esta proposição.

PROJETO DE LEI N° 568/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Rita dos Santos Neves Haider.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

((a)) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Rita dos Santos Neves Haider nasceu em 1936 em Canoínhas, Santa Catarina. Filha de índia da tribo Kaingang e de Pastor Evangélico, desde cedo já deixava entrever os dons artísticos que futuramente fariam dela uma artista de renome internacional. Criança ainda, costumava cantar muito na igreja de seu pai e com 16 anos já fazia shows de música.

Casou-se com o austríaco e correspondente estrangeiro João Graf Schreiber que, reconhecendo sua vocação musical, deu-lhe o necessário apoio. Com voz admirável, Rita interpretou músicas clássicas e folclóricas internacionais, tendo sido bolsista do Governo do Estado do Paraná e do Governo Austríaco.

Passou vários anos na Áustria aperfeiçoando-se artisticamente, tendo estudado na Academia de Artes de Viena. Destacou-se como defensora da cultura vienense com suas canções e não tardou para que seu talento fosse reconhecido pelos europeus: a artista brasileira foi homenageada em toda a Europa como "A Estrela do Sul da América".

Contudo, algum tempo depois, um novo talento se revelou em Rita e, assim como a música, conquistou também os espaços culturais europeus e brasileiros: a pintura. Possuindo um estilo próprio, sua pintura, segundo a crítica de Arte Maria Yara, "são uma mescla da pureza e liberdade de pensamento, o que herdou de sua descendência indígena e do romantismo de sua alma." Suas telas foram expostas em dezenas de Galerias de Arte e exposições individuais e coletivas, em diversas cidades brasileiras e austríacas. Ela foi homenageada também na Holanda.

Portanto, pelo seu notável talento e dedicação às Artes, que projetaram a nível internacional o nome de seu País, a artista Rita dos Santos Neves Haider, se faz plena merecedora do Título que ora lhe é concedido.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No ano passado, mais precisamente em setembro do ano passado, Ponta Grossa recebia do então Prefeito Municipal Pedro Wosgral Filho - um presente pelo qual a população da minha cidade teve o prazer da obra anunciada e daquilo que Ponta Grossa iria receber da administração pública do Município, que era o Pronto Socorro Municipal.

Lá estiveram presentes mais de 15 mil pessoas porque o Prefeito da época e o seu candidato de então se apresentavam à população através daquilo que estava sendo entregue como sendo uma das obras melhores e maiores da sua administração e por sinal seria o aval do então candidato para tentar realmente ganhar a eleição.

Anunciavam naquela ocasião, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que todo o atendimento médico-hospitalar seria gratuito a todos que procurassem o Pronto Socorro, bem como todos os remédios seriam dados pelo Pronto Socorro de Ponta Grossa.

Passou-se a eleição e o candidato do Prefeito com aquela e outras obras inauguradas, como o Terminal de Transporte de Massa da nossa cidade, e outras ainda, conseguiu vencer a eleição da qual disputava o então candidato Paulo Cunha Nascimento, hoje Prefeito, o Deputado Djalma de Almeida César, este Deputado que vos fala na condição de vice-Prefeito.

Passaram-se 8 meses da atual administração. E para a tristeza de Ponta Grossa vemos que a cada dia que passa o homem público está realmente desacreditado no seu domicílio de origem, que é a prefeitura, no Estado do Paraná, com o seu Governador e na Presidência da República, com o seu Presidente.

Fatos que realmente nos deixam tristes mas que o Paraná não pode deixar de conhecer.

No dia de hoje está estampado em um dos Jornais da cidade, e aqui se encontra (o Senhor Deputado exhibe o Jornal): "Sem contratos, médicos do Pronto Socorro Municipal podem parar hoje". Porque ontem já pararam o atendimento pediátrico da Cidade de Ponta Grossa.

O Djalma perdeu a eleição, mas não mentiu!

O Djalma perdeu a eleição, mas não traiu o povo!

O Djalma perdeu a eleição, mas não é sem-vergonha!

Acredito que falta vergonha na cara àqueles que se propõem publicamente a defender uma posição e a enganar na época de eleição. E hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para o atendimento das

crianças de Ponta Grossa foi necessário a intervenção, mesmo do perdedor e deste Deputado que vos fala - que perdemos a eleição - mas continuamos dando a mão limpa e amiga à população de Ponta Grossa.

E através de uma nota oficial onde a população de Ponta Grossa não vai ficar nas ruas com as suas crianças que não são atendidas no Pronto Socorro Municipal, que foi uma obra enganosa em época de eleição, o Djalma e este Deputado que vos fala e mais precisamente o Secretário de Saúde do Estado do Paraná, abriu as portas do Hospital Infantil Getúlio Vargas - então, através de uma nota assinada pelo Chefe de Saúde Pública da regional de Ponta Grossa, onde diz que aquele atendimento que eles mentiram e não estão fazendo, agora o Hospital Getúlio Vargas, vai atender as crianças; mas num sentido ainda paliativo, porque no dia de hoje a população de Ponta Grossa pode ficar sem o atendimento emergencial.

Mentiroso do ex e do atual prefeito. Mentiroso do ex e do atual prefeito eleito que faltaram com a palavra e queriam só ganhar a eleição, como ganharam. O povo lá está tapeado. A população de Ponta Grossa mais uma vez jogada na rua com o atendimento médico mentiroso do ex e do atual Prefeito Paulo Nascimento.

Nós aqui estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa, para agradecer, porque sabemos de cabeça em pé e principalmente erguida, agradecer os bons atos praticados pelo Governo do Estado e lá está presente o Governo, com a mão amiga do Djalma, atendendo a população carente, através da Secretaria de Saúde do Paraná.

A palavra mentirosa dos homens do PDC, dos homens do Partido do Collor, dos PC Farias e daqueles sem-vergonhas que enganaram a população brasileira e a população ponta-grossense e acredito e tenho certeza que nós estaremos de agora em diante, somando, porque realmente homens iguais a esses, não mais participem da vida pública, seja de Ponta Grossa, do Paraná e do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesse instante dizer que nós, mesmo perdendo a eleição, o Djalma e o Zuk, nós continuamos ganhando o coração, a atenção e principalmente, as orações do povo sofrido de Ponta Grossa.

Por isso Senhor Presidente e Srs. Deputados, neste instante eu queria deixar consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de agradecimento para aqueles meninos favorecidos de Ponta Grossa que não possuem dinheiro para pagar consulta e nem remédio, estão encontrando amparo aos seus filhos, através do Hospital Infantil Getúlio Vargas.

Fica registrado uma vez mais a esse Paraná a falta de vergonha de homens que ocupam funções públicas e de homens que ocuparam função pública, a maior na Cidade de Ponta Grossa. Honro-me de ter sido Prefeito daquela cidade, mas todas as palavras empenhadas pela minha pessoa como candidato, e como pessoa, foram cumpridas e hoje tenho a satisfação de vir aqui dizer que falta palavra à administração pública da nossa cidade, falta decência, compostura nas atitudes de homens públicos.

Associo-me àquelas críticas construtivas feitas para que homens mal-intencionados, homens despreparados e homens que não têm coração e que pensam que dinheiro de uma eleição compra realmente os votos, compraram na última Ponta Grossa na outra, vai pegar o dinheiro e vai votar realmente naqueles que se irmanam com o povo nas horas necessárias.

Por isso Sr. Presidente, encerrando, quero uma vez mais cumprimentar o Djalma, que mesmo perdendo, dá uma mostra de político honesto, decente e capaz que é, porque estende a mão à cidade, mesmo sabendo que no atual prefeito, a população não confia mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Herbas Brandão**) - Com a palavra, o Deputado Alceu Swarowski. (**Ausente**).

Concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, dia 28.09.93, é o Dia Latino-Americano de luta pelo direito ao aborto. Nesta luta as mulheres argentinas em defesa da legislação do aborto têm usado a seguinte frase: "Contraceptivos para não abortar. Aborto legal para não morrer."

Nós, no Brasil, podemos ir mais longe do que esta frase que as mulheres da Argentina usam para defender a legalização do aborto. O Brasil não precisa somente de uma política de distribuição de contraceptivos, mas necessita de uma política de atendimento à saúde da mulher. Há anos existe um programa que nunca saiu do papel, sequer foi executado, que é o Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher. Enquanto este programa não é colocado em prática a nível nacional, e que tenho conhecimento que nenhum estado ou o município o tenha executado, enquanto isto não ocorre, as mulheres brasileiras continuam morrendo.

É necessário definir uma política de saúde clara, voltada para o atendimento das mulheres. E nesta política ampla, um dos itens a fazer parte deve ser a questão do aborto.

Entendemos que isto é no sentido de atendimento à saúde da mulher, porque o aborto hoje é realizado no Brasil aos milhares; todos os dias centenas de mulheres são submetidas ao aborto e, geralmente, em péssimas condições de atendimento, e sempre com o caráter de clandestinidade.

Dentro desta situação, a mulher pobre, a mulher trabalhadora, é a que mais sofre. E geralmente estes abortos são feitos por curiosas e não dentro de clínicas, ou hospitais. Calcula-se que cerca de 10% dos abortos no Brasil são feitos por curiosos e que 18% são tentativas individuais de abortagem, usando as mais variadas questões, atos, para que isto ocorra. Usam-se desde agulhas de tricô, sonda, até medicamentos caseiros ou comprados em farmácias. E boa parte inclusive destes abortos são induzidos por médicos através de curetagem. Estas mulheres que fazem o aborto desta maneira, a grande maioria será vítima de alguma complicação que poderá levar à morte. E se alguma destas mulheres, vítima destas complicações, procurar o serviço médico, lá geralmente não é tratada com dignidade, não é tratada como cidadã que goza de seus direitos.

Para isto queremos ler uma frase que foi publicada na "Folha de São Paulo" no dia 02 de novembro de 1992, de uma destas pacientes que após o aborto, necessitou ser atendida no hospital, diz ela: fui no hospital e me deixaram na maca no corredor. Falaram que eu era assassina. Abandonaram-me durante três dias. Quando minhas amigas me salvaram, eu estava podre.

Esta é a situação da mulher trabalhadora brasileira.

A mulher de classe média, ou a mulher da burguesia, que tem dinheiro, também faz o aborto e sempre ele é feito de maneira clandestina. E aí contribui para estas clínicas e, às vezes, podendo ser vítimas de chantagem. E um aborto hoje custa de 300 a 500 dólares.

A questão de aborto tem que ser encarada de maneira diferente em nosso País. Muitos países no mundo tratam-no como um crime, como é o caso da China, Toldo e Vietnã. Na Nova Zelândia, Dinamarca, antiga Tchecoslováquia, Estados Unidos, não é considerado crime e pode ser solicitado pela mulher. Muitas mulheres e muitos homens têm, hoje, no Brasil, lutado pela legalização do aborto. Aí a pergunta que se faz: será que a legalização do aborto aumentará o número das mulheres que lançaram mão desse meio?

Quero aqui, Srs. Deputados, lembrar que anos atrás, quando havia a campanha Nacional pelo divórcio, a igreja brasileira se colocou contrária. E pergunto: após a legalização do divórcio significou que os casais se separaram mais? A resposta é

não. Os casais que se separam hoje se separariam com ou sem o divórcio. A única questão é que, se aumenta ao longo dos anos o número de pessoas separadas não se deve à Lei, mas sim a sociedade que nós vivemos hoje, com características diferentes, onde a mulher goza, no mínimo, um pouco mais dos seus direitos do que anos atrás, direitos esses que elas têm conquistado com árdua luta, como o direito da separação.

E a questão do aborto, temos que entender também como um direito dessas mulheres. É necessário que se acabe essa condição clandestina, porque nós temos certeza que também se acabando com isso não aumentará o número de abortos. E nós temos exemplos como o da Europa, não houve o aumento do número de abortos nos Países que ele foi legalizado. Aliás, o número chegou a diminuir, porque não somente se legaliza o aborto, mas também se aplica uma política de atendimento de saúde à mulher, como eu disse no início do meu pronunciamento.

É necessário acabar com essa clandestinidade, porque ela não somente leva ao sofrimento físico, mas leva, também, ao sofrimento psíquico no momento que coloca-se como que tudo que é clandestino é crime, tudo que é clandestino não é justo e não é de direito. Fazendo com que o aborto seja um direito legal diminuiremos os sofrimentos físicos e psíquicos de muitas mulheres, e principalmente das pobres e aquelas da classe trabalhadora.

É necessário em nosso País acabar com a hipocrisia, até porque, muitas das empresas hoje exigem o atestado de que a mulher não esteja grávida ou fez laqueadura para poder obter o emprego. Enquanto tem esse tipo de exigência mantém-se a hipocrisia de que o aborto é crime.

Hoje, em nosso País, o aborto é colocado como a quinta causa de internação hospitalar, e é a terceira causa de morte materna em nosso País. Legalizar o aborto nós temos que entender claramente que não vai significar a obrigação de que ele deva ser feito, não vai significar que todas as mulheres o farão, mas sim significará que hoje aquelas que fazem o aborto em situação clandestina por decisão individual ou por decisão do parceiro e da mulher, o farão em condições higiênicas e em condições de atendimento à saúde.

Hoje defendo a legalização do aborto e encaro ele como um problema de saúde pública, que afeta essencialmente a classe trabalhadora e é entre essas mulheres que hoje ocorre o maior número de seqüelas e mortes, porque essas mulheres não têm recursos para pagar médicos e clínicas adequadas.

Defendo que as mulheres devem decidir

de acordo com as suas necessidades, sejam elas sociais ou econômicas; de acordo com suas crenças e as suas condições do que ela deseja do seu corpo.

Defendo que a mulher tenha o aborto como um direito e não, como é hoje colocado, como crime, como coisa proibida justamente pelos homens, que são os que fazem isso. A recriminação se dá justamente devido à moral machista que empurra as suas idéias de homens e de classe dominante como sendo universais e únicas, tirando da mulher o direito de ela decidir sobre o próprio corpo.

Faço este pronunciamento em defesa das mulheres e em defesa dos seus direitos porque elas devem decidir sobre o próprio corpo. Nesse sentido, eu convido todos os Senhores Deputados, a Senhora Deputada para, no dia 05 de outubro, um debate com Luíza Nagib Eluf sobre a penalização do aborto. Luíza Nagib é promotora de justiça e membro da Comissão da Reforma do Código Penal e do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Esse debate servirá para questionar as idéias, sejam elas dos favoráveis ou dos contrários, pois, acima de tudo, será um debate democrático; será um debate, acima de tudo, em defesa dos direitos das mulheres.

Este debate será promovido pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, pelo Sindicato dos Telefônicos, pelos Sindicato dos Servidores da Saúde, e mais o Movimento Popular de Mulheres de Curitiba.

Pela liberdade das mulheres e pelo direito de elas decidirem sobre o seu corpo, é que defendo a legalização do aborto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem não tive a oportunidade de concluir o meu pensamento nesta Tribuna, mas eu vou ser bem objetivo para não me tornar cansativo a respeito do que penso do projeto - pelo que sinto não será votado nesta tarde mais uma vez - do Deputado Neivo Beraldin.

Respeito todos os projetos que estejam na Ordem do Dia, como votarei não pelos vetos por serem projetos autorizatórios que apenas dão uma idéia ao Governo do Estado, uma idéia que o Deputado Nilton Barbosa dá ao Governo do Estado do Paraná para colocar em prática algumas das suas preocupações na sua microrregião.

Concordo com o pronunciamento, rápido



pequeno, do Deputado Erondy Silvério na justificativa do seu voto, ao dizer não, ao projeto que eu não acredito que seja monopólio, mas um projeto que requer mudanças no transporte no Estado do Paraná. Concordo quando diz o Deputado Erondy Silvério ser um projeto simplório e que vai mais além. Não se pode admitir em hipótese alguma na cabeça do Deputado Erondy, que também conhece Londrina, que já esteve em Londrina quando eu nem havia nascido, ele já transportava café na Avenida Paraná! O Senhor se lembra que para ir de Londrina a Cambé, a primeira jardineira que fazia aquele carreador, não era estrada, era um carreador, aberto por pioneiros, como Celso Garcia Cid, como José Garcia Molina e tantos outros pioneiros que ajudaram a desbravar o norte do Paraná.

Ora, Senhores! É muito fácil, hoje, trazer empresas de São Paulo, trazer empresas de outros Estados Brasileiros, para aqui participarem de licitações e dominarem o mercado. Aí, sim, o monopólio do transporte do Estado do Paraná. Respeito todos aqueles que ajudaram a plantar, todos aqueles que derramaram lágrimas de sangue para desbravar o Estado do Paraná, seja uma empresa pobre do oeste, seja uma empresa do sudoeste, do norte, do noroeste, enfim, todos plantaram, todos ajudaram a desbravar, a fazer com que este Paraná caminhasse de encontro ao seu grande destino. Hoje, é fácil. Naquela época, tínhamos o carreador. Hoje, graças à lenda de um Ney Braga, graças à lenda de um Senador José Richa, graças ao Governador Álvaro Dias, graças ao Governador Requião, e tantos outros, como Jayme Canet, que plantaram o asfalto no Paraná. Mas, antes, Deputado Erondy, eles andavam em carreador; antes, saíam de União da Vitória à 6 da manhã, para chegar aqui à noite. Quantos morreram! Quantos tiveram as mãos calejadas, para gerar empregos!

Hoje, na minha cidade, Londrina, a segunda cidade mais importante do Estado do Paraná, hoje, para o meu orgulho, para minha satisfação, pela Cidade que me elegeu duas vezes Deputado, duas vezes saí das urnas já eleito Deputado, Londrina me deu ao Paraná! Orgulho-me de ser londrinense! Não a tive como berço, mas vou tê-la como túmulo! Orgulho-me de Londrina ter uma das maiores empresas de transportes deste País! E não tenho "rabo preso" com a Viação Garcia ou com quem quer que seja, neste País! Estou falando é de geração de empregos. Hoje, o modelo que a Viação Garcia dá de exemplo ao meu País, dá de exemplo à bandeira brasileira, representa o empresário sério, honesto, que gera empregos e cada trabalhador lá, tem assistência médica, assistência dentária, o seu seguro de

vida, o seu amparo, a sua creche; enfim, isto chama-se, no meu entender, na minha maneira de pensar, geração de empregos, porque aonde há o emprego não há a miséria.

Se já o emprego o trabalhador pode chegar em casa com o seu salário, comprar a vestimenta da sua família. O trabalhador estando bem empregado, ele tem assistência médica, ele tem a saúde, ele vive em paz, ele tem condições de ter a sua casa. Isto é o que representa geração de empregos.

Respeito o projeto. Acho que todos os projetos que tramitam por esta casa, cada qual tem o seu ideal, a sua maneira de ceder. Só que este projeto, artigo 5º é perigoso. Tem uma série de outros artigos que vão violentar, esquartejar, rasgar de uma maneira, aqueles que plantaram ou na cata do café ou no apanho do algodão...

#### (Término do tempo)

Estou no horário do PTB.

Ou no apanho do algodão. Aqueles que plantaram abrindo estradas.

Meu Deus! Por quê? Por quê? Se ontem o Governador do meu Estado, do meu Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, numa entrevista à imprensa brasileira do meu Estado, dizia a todos os jornalistas que ele está contente com o transporte do Paraná e que se aprovado fosse esse projeto ele o vetaria, ele o vetaria e mandaria de volta a este Parlamento.

Então, nada mais peço do quê? Que os Senhores entendam, entendam, entendam comigo; vamos deixar, vamos deixar plantado em cada cidade brasileira do meu Paraná a sua empresa de transportes.

**O Sr. Ernani Pudell** - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI** - Só deixe eu concluir o meu raciocínio, porque ontem não consegui concluir.

E o interessante, existe o DSTC. DSTC, Deputado Ernani. Só se eu sou burro demais. Burro. DSTC foi criado para quê? Para fiscalizar. Se uma empresa não cumpre com as suas obrigações, não cumpre com o que está escrito no Regimento elaborado pela Secretaria de Transportes, mude-se, afaste-se, afaste-se, coloque pessoas que respeitem o que está elaborado. Precisamos é de fiscalização. A empresa que errar, Deputado Ernani, tem que pagar pelos seus erros e pelos seus defeitos.

É isto que eu conversava com o Deputado Neivo. O DSTC tem que trabalhar, o Governo tem que contratar mais fiscais, fiscais honestos, que tenham vergonha na cara, que façam cumprir o Regimento elaborado pela Secretaria dos Transportes. Errou? Pague. Acertou? Trabalhem, gerem empregos. Gerar empregos é o que Vossa Excelência se



preocupa pela sua Cascavel e é o que me preocupa por Londrina. Tanto eu quanto a Deputada Emilia, como o Deputado Heinz e todos aqueles que fizeram voto em Londrina, porque todos os que fizeram voto em Londrina, têm uma responsabilidade para com Londrina. Fecharam a escola. A Deputada Emilia brigou, nós brigamos, todo mundo brigou, defendeu, gritou, defendeu, gritou, exigiu. Nada. O Prefeito Scheida lutou, gritou.

Hoje o Prefeito Scheida está gritando por verbas e mais verbas para construir indústrias, para a geração de empregos. Ora, tem um artigo que eu posso até emendar, do Deputado Neivo, que, num determinado tempo, em seis meses, pode haver novas concorrências e em seis meses, empresas de fora do meu Estado ganharam as concorrências. Como é que fica a empresa que gera 4 mil empregos na minha cidade. Como é que ficam as outras empresas que estão gerando empregos em todo o Estado do Paraná?

A minha preocupação, Deputado Ernani, a minha preocupação, Srs. Parlamentares, é geração de empregos. Vamos aprovar. Se os Srs. acharem que deve ser aprovado, aprovem. Se os Srs. acharem que deve ser emendado, vamos emendar. Vossa Excelência tem um Substitutivo. Também estou elaborando um, estou aprendendo, estou lendo, estou analisando, estou trocando idéias, estou tentando. Ontem, sentei com vários Deputados, conversei, analisei. Vamos entrar com um Substitutivo? Então, o importante é votar, não é fugir da raia. Vamos votar. Se ganhar, parabéns ao Deputado Neivo. Se perder, parabéns, não para mim, para as empresas que plantaram e geraram empregos no Estado do Paraná.

Tem Vossa Excelência, futuro candidato ao Governo do Estado do Paraná, pelo PT, o seu aparte.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Alborghetti. É sempre um prazer ver a sua eloquência na defesa de suas teses, a sua inspiração, principalmente nesse tema específico. É sempre muito surpreendente e aprendemos muito.

Ouvi atentamente o discurso de Vossa Excelência e me recordava aqui de que, por exemplo, nós tínhamos no Paraná uma empresa que nasceu em Cascavel, com as antigas "jardineiras", a Empresa União-Cascavel e que hoje é uma empresa que praticamente domina o transporte coletivo em Rondônia. Já é proprietária de parte da Empresa Andorinha em São Paulo, é proprietária de parte de empresas de transporte em Santa Catarina e essa empresa é uma empresa paranaense e só chegou aí a esta situação, porque teve condições de ir em outros mer-

cados, em outros Estados e mostrar o talento empresarial do Paraná e teve acesso, disputando democraticamente, em regimes de concorrência, o seu mercado.

Então, não consigo compreender como nós poderíamos ajudar as empresas, não tendo uma reserva de mercado. Se amanhã entrar digamos, a Andorinha, para fazer uma linha de Londrina, certamente ela não vai ter os seus empregados morando em Presidente Prudente em São Paulo. Ela terá que ter o seu corpo de funcionários, a sua estrutura, também em Londrina, como têm as empresas do Paraná e eu me lembrava também, Deputado Alborghetti, de uma figura que conheci em Cascavel, há cinco ou seis anos, o pioneiro mais antigo do Paraná, que fazia era tropeiro de porco de Cascavel até o Município de Laranjeiras do Sul em picadas e apesar de ele ter entregado cinco ou seis anos de trabalho ao Paraná, num tempo em que só havia índios e mato, hoje não tem um pedacinho de terra para morar, não tem sequer um lote da sua casa para morar.

Foram muitos os pioneiros injustiçados que hoje moram em Rondonia, no Paraguai. O que acho importante, nós concordamos no mérito com o projeto do Deputado Neivo, isto é importante que se diga, achamos que o projeto era bom no mérito, agora, ele nos permite exatamente fazer evoluir o sistema de transporte em benefício dos próprios empresários. Tenho certeza que se houver uma certa abertura, uma flexibilidade, uma maior possibilidade de concorrência neste setor, certamente a médio prazo os empresários mais talentosos, mais trabalhadores, irão ganhar.

Infelizmente, esta é a regra do capitalismo, a menos que mudemos o sistema e implantemos aqui um sistema socialista, ou então capitalismo de cartório; que acho que aí é o pior de todos os sistemas que podemos imaginar.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para encerrar, ainda volto a dizer aos Srs.: acho que temos que pensar naqueles que plantaram, naqueles que produziram, naqueles que derramaram lágrimas de sangue no início deste Paraná.

O projeto é bom, tem seus defeitos, tem suas qualidades, vamos votar. Ganhe quem ganhar, vamos votar. Se ganhar, vamos emendá-lo. Vossa Excelência tem um substitutivo, eu estou elaborando o meu. Confesso a Vossa Excelência estou aprendendo e é bom aprender, conseguir uma assessoria que orientasse para que pudesse apresentar este substitutivo. Mas vamos votar! Eu voto pelo pioneirismo que já foi plantado e desbravado no Paraná.

Estou muito feliz hoje, em nome do De-

putado Algaci, que tanto tem sofrido, de ver os jornais, de ver o Governador Roberto Requião, ao lado do Prefeito Carvalhinho, espero que ele receba o Prefeito Jaime Lerner e que eles acabem com as invasões de terras, dêem um lote, água, saneamento básico. Isto que queria Jaime Lerner. Isto que quer o Carvalhinho. E, para felicidade minha, vi ontem na televisão e vi hoje o Governador Roberto Requião dizendo que vai ajudar o Prefeito Jaime Lerner com infra-estrutura nos loteamentos que serão dados, oferecidos à família pobre do Paraná. Isto quer dizer paz, paz, paz, trabalho. Isto é que é importante no Estado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência registra com satisfação a presença do ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, Ervin Bonkoski, hoje Diretor da Rádio Colombo.

Convidamos o Deputado Algaci Túlio para fazer uso do seu horário de Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna não é para tecer considerações a respeito do transporte coletivo, porque já o fizemos em outras ocasiões e acreditamos que o Deputado Neivo Beraldin em boa hora, juntamente com o Deputado Dirceu Manfrinato, coletam assinaturas para a retirada deste projeto, para que possa esta Casa ter a oportunidade de reunir todos os demais projetos relacionados ao assunto transporte coletivo ser debatido nesta Casa, ser bastante discutido, a exemplo da mensagem encaminhada aqui para esta Casa, pelo Governador do Estado, com relação também ao transporte da Região Metropolitana.

Por isto, acho que o melhor caminho, Deputado Manfrinato, Deputado Neivo Beraldin, foi exatamente este, dar oportunidade para que a Casa analise com mais profundidade e verifique se há necessidade ou não de alguma alteração no que concerne ao sistema de transporte coletivo intermunicipal. Fica aqui, portanto, esse meu registro com relação a este tema.

Mas venho à tribuna para um outro assunto que me parece de maior gravidade: a situação das enchentes que foram provocadas na Região Metropolitana de Curitiba e que provocaram, lamentavelmente, a morte do trabalhador Vilmário Rodrigues de Almeida - trabalhador, pai de família que na tentativa de socorrer os desabrigados, as vítimas das enchentes, acabou perdendo a vida quando, com seu barco, ele acabou se distraído e acabou batendo a cabeça contra uma ponte. Isso foi no Município de

Colombo.

Enchentes que provocaram o desabrigo de mais de duas mil pessoas, que perderam tudo, ou melhor, que perderam praticamente nada do que já tinham e que agora estão aí em situação difícil. Nós que fazemos parte do Bloco Metropolitano nesta Casa, ao lado do Deputado Geraldo Cartário, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Neivo Beraldin, Deputado Erondy Silvério, Deputado Cleiton Kielse nos preocupamos bastante com esta situação e durante a semana das enchentes nós percorremos vários Municípios: Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais e Colombo na tentativa de levar, se não soluções, pelo menos a nossa solidariedade e a nossa mensagem e o nosso compromisso de lutarmos em prol da Região Metropolitana que cresce extraordinariamente, mas que sofre pela falta de infra-estrutura. Porque há governos que passaram pelo Palácio Iguaçu lamentavelmente pouco ou quase nada fizeram para a Região Metropolitana.

As enchentes provocadas pelas chuvas serviram não apenas para causar sofrimento para aquela gente que mora às margens dos rios, serviu também para mostrar o crime ecológico que se pratica na Região Metropolitana de Curitiba. E já foi assunto levantado por mim nesta Casa, através de Pedido de Informações, procurando saber que medidas o Instituto Ambiental está tomando? Que medidas a Secretaria Estadual do Meio Ambiente está tomando com relação ao crime que se comete na exploração dos areais às margens da rodovia Leopoldo Jacomel, a Pr-415 que liga Curitiba a Piraquara. Na verdade, minha gente, vejam as águas que foram poluídas pelos areais e provocaram sérios problemas para a SANEPAR.

Aconteceu porque a turbidez da água chegou a 400%, quando o normal é de apenas 40%. E muita gente ficou sem água em consequência disso. A sujeira jogada, o lodo vindo dos areais junto às comportas das estações fez com que a estação de tratamento de água da SANEPAR, no Tarumã, parasse por mais de 30 horas prejudicando inclusive o abastecimento em Curitiba e boa parte da Região Metropolitana. E a sujeira foi tanta que a SANEPAR gastou milhões e milhões para poder aplicar um tratamento e providenciar, evidentemente, o atendimento no fornecimento da água.

Zinco, cobre, alumínio jogados pelos areais na água dos rios não têm quase como tratar. E quem são os prejudicados? Evidentemente os consumidores e, principalmente, os mananciais - que estão aí poluídos.

Nesse sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, percorrendo toda esta região,

igualmente os demais parlamentares que já mencionei aqui do bloco Parlamentar Metropolitano, nós pedimos e exigimos providências urgentes.

Por esta razão estou dando entrada a esta Casa ao seguinte Requerimento:

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER o encaminhamento, ao Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, ao Sr. Secretário de Estado da Habitação, Dr. Luiz Cláudio Romanelli, ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva, ao Sr. Secretário Especial de Ação Comunitária, ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, ao Sr. Diretor do Instituto Ambiental do Paraná e ao Sr. Chefe da Defesa Civil do Estado, da seguinte proposição, em forma de apelo:

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública, vivida pelos Municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Pinhais, Curitiba e São José dos Pinhais, com as recentes enchentes, quando foram atingidas centenas de famílias - que perderam suas moradias ou foram obrigadas a deixar estas e seus pertences;

CONSIDERANDO que essa situação vem se repetindo periodicamente, registrando um aumento de vítimas a cada enchente provocada pela precipitação exagerada de chuvas;

CONSIDERANDO que a população atingida é, em quase sua totalidade, a proveniente de invasores de áreas ribeirinhas - em especial das margens dos Rios Iraí, Piraquara, Palmital e Atuba, que formam a Bacia do Iguaçu;

CONSIDERANDO que não existe condições para permanência desses moradores às margens, desses rios e nas regiões atingidas pelas enchentes e que, com a volta do fenômeno atmosférico, as tragédias e calamidades públicas, se repetirão;

CONSIDERANDO os altos gastos públicos, dispendidos pela Defesa Civil do Estado, e os sacrifícios impostos à comunidade através da arrecadação de alimentos e agasalhos;

CONSIDERANDO os prejuízos ao meio ambiente, em especial aos rios citados - responsáveis por 80% do abastecimento de água da população da Grande Curitiba,

APELA, as Excelentíssimas autoridades citadas, para que providências imediatas sejam tomadas, visando a relocação dos moradores das regiões sistematicamente atingidas pelas enchentes, através de plano emergencial de habitação, assim como visando a preservação de tais áreas por meio de todas as providências cabíveis.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento aos Srs. Prefeitos dos Municí-

plos de Curitiba, Almirante Tamandaré, Pinhais, Colombo e São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 28.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO"

Ao mesmo tempo também dou entrada à Mesa da Casa a um outro Requerimento encaminhado ao Diretor do Instituto Ambiental do Paraná, ao Sr. Presidente da SANEPAR e à Promotoria Especial de Proteção do Meio Ambiente, nas seguintes considerações...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. ALGACI TÚLIO - Ocupo, também, Sr. Presidente, o Horário da Liderança do meu Partido, o PDT.

(Lê):

"REQUERIMENTO

Requer o encaminhamento ao Instituto Ambiental do Paraná, à SANEPAR e à Promotoria Especial de Proteção ao Meio Ambiente, de medidas contra a ação nefasta dos areais localizados na Região Metropolitana de Curitiba."

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, o encaminhamento, ao Senhor Diretor do Instituto Ambiental do Paraná, ao Senhor Presidente da SANEPAR e à Promotoria Especial de Proteção ao Meio Ambiente, da seguinte proposição:

CONSIDERANDO que, as ocorrências verificadas por ocasião das últimas enchentes ocorridas na Região Metropolitana de Curitiba, vieram comprovar a posição do Departamento de Terras, Cartografia e Florestas - Secretaria do Meio Ambiente, de que "a extração de areia e argila das várzeas dos rios da região, constitui ameaça muito maior aos mananciais que a atividade" de extração de pedras (Resposta a Pedido de Informação de nossa autoria - Protocolo SAR nº 1.526.430-6);

CONSIDERANDO que o rompimento de diques na área de extração de areia às margens da Rodovia João Leopoldo Jacomel, levou as águas das cavas a misturarem-se com as do Rio Iraí, causando transtornos seriíssimos à ETA do Tarumã, que, devido à verificação de 400% de turbidez, se viu obrigada a parar o tratamento de água por mais de 30 horas;

CONSIDERANDO que, os filtros dessa estação de tratamento, foram danificados, que medidas extraordinárias - com prejuízo do abastecimento de água - foram tomadas para evitar-se danos aos motores;

CONSIDERANDO que os problemas trazidos pelo depósito de lodo - além de substâncias altamente nocivas à saúde humana, como zinco, cobre, alumínio - causaram um acúmulo, junto às comportas da Estação do

Iguaçu, de 1,30m aproximadamente e levaram essa estação a uma considerável diminuição de sua capacidade de tratamento dos 3.300 litros por segundo passou a 2.100 litros;

CONSIDERANDO que os prejuízos causados aos mananciais, e ao meio ambiente em geral, pela extração da areia em regiões como as do Município de Piraquara (casos citados), Pinhais e São José dos Pinhais, e outros, são suportados pelo erário público;

REQUER, das autoridades competentes, já mencionadas, providências imediatas que ponham um fim aos graves e irreparáveis danos que vêm sendo causados pela extração de areia às margens dos rios da região dos mananciais. Requer ainda, da parte do IAP, que se proceda um levantamento dos prejuízos causados pela extração de areia em comparação com que o Estado e Municípios arrecadam".

Faço tudo isso levando em conta o seguinte, de que aproximadamente quatro meses atrás tivemos uma outra enchente nas quase mesmas circunstâncias, e mais uma vez provocados os estragos pela exploração dos mananciais. Nós fizemos uma denúncia como estamos fazendo hoje aqui dessa tribuna oficiando, inclusive à Promotoria Especial de Proteção ao Meio Ambiente para que interditasse as explorações já no Município de Pinhais e São José dos Pinhais, e nós tivemos a ação dessa Promotoria que imediatamente impediu a continuidade dessa exploração.

Quem pegar a Av. Jacó Jacomel, Leopoldo Jacomel, e olhar em direção à direita quem vai daqui para Piraquara após o Carrefour, vai ver uma montanha de areia, é a exploração desenfreada dos mananciais que têm provocado, além das chuvas torrenciais que caíram que têm prejudicado e provocado as enchentes da região metropolitana, que têm provocado um prejuízo extraordinário à SANEPAR.

Por isso, eu encareço aos Deputados Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Anibal Khury, Erondy Silvério, Cartário, Kielse, que nós, integrantes do Bloco Metropolitano imediatamente e até uma questão de emergência, nos reunamos nessa Casa no sentido de tomarmos as providências necessárias, porque não deve ficar isoladamente numa ação de um Parlamentar como estou fazendo neste momento.

Gostaria que todos nós integrantes desse Bloco Parlamentar Metropolitano fizéssemos valer nossa força nesse Plenário junto às autoridades, porque não está fora de logo, logo as enxurradas do verão provocarem novas enchentes enquanto que exploradores do meio ambiente estão enriquecendo; enquanto isso a SANEPAR, nos contribuintes do Governo do Estado, via SANEPAR estamos pagando caro a água porque

ela tem que ser diariamente compensada pela poluição que recebe, além do que, os consertos das máquinas e das bombas das estações de tratamento.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço aqui este apelo e faço aqui uma convocação ao Bloco Metropolitano, é necessário que urgentemente tomemos essa posição, sob pena de que essa omissão desta Casa e deste Bloco Parlamentar custar muito caro aos cofres do Estado do Paraná, e quem sabe, na continuação, ainda, provocar mais mortes, como a que ocorreu com o trabalhador e pai de família Vilmar Rodrigues de Almeida, que no afã de salvar seus vizinhos e familiares acabou pagando com a vida.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, ainda, o Deputado Bona Turra.

(Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças.

PFL.

(Declina).

PL.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PP.

Usará a palavra no Horário do PP, o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

No encaminhamento que fizemos ontem no Projeto do Deputado Neivo Beraldin, uma vez mais queremos justificar a saída dos nossos companheiros de Plenário. E hoje estamos certos de que os Deputados irão entender que realmente precisa ser visto, ser revisto, o problema do transporte em todo o Estado do Paraná. E o Deputado Neivo Beraldin um lutador, um baluarte que há quatro anos vem colhendo, falando, dialogando com técnicos no ramo, falando com os técnicos da COMEC, do DSTC, ouvindo, inclusive, empresários, fazendo cálculos, o próprio Grupo Metropolitano se reunia sob a Presidência do Deputado Neivo Beraldin e todo esse trabalho de quatro anos não pode ser perdido em questão de segundos, em questão de minutos, por isso é que precisamos discutir um pouco mais esse projeto.

O Deputado Alborghetti dizia, com muita propriedade, que o artigo 5º deste projeto fere princípios, que traz alguns problemas que concordamos plenamente, mas precisamos demonstrar ao povo do Paraná que os Deputados realmente estão preocupados e querem mudar o sistema de transportes sem prejudicar as empresas que hoje

vêm atuando neste ramo de atividade. Não é esse o propósito da Assembléia: aqui prejudicar os pioneiros, aqueles que acreditaram que um dia o Paraná seria um bom Estado, um Estado que iria desenvolver-se.

É importante que o Paraná cresça e que os empresários cresçam, que os paranaenses cresçam juntos. Nada temos contra o crescimento porque todos desejamos para nós, para nossos familiares, para os nossos paranaenses que todos venhamos crescer, mas um crescimento ordenado, onde nem todos precisem ganhar tanto, nem tantos possam viver com tão pouco, que é esse pequeno salário do nosso trabalhador.

Precisamos dar esse voto de confiança a esse trabalho do Deputado Neivo Beraldin, que é um trabalho que se assemelha a todo o trabalho dos Deputados que estão aqui nesta Casa. Todos estamos com projetos, uns falando sobre transporte, outros falando sobre moradia, outros sobre segurança, outros falando numa vida melhor para o povo do Paraná. Todos estamos com projetos correndo nesta Casa e o companheiro Neivo nesse projeto de quatro anos merece, pelo menos, a boa vontade de estudarmos um pouco mais esse projeto.

Por isso é que faço um apelo aos companheiros Deputados no sentido de que temos duas oportunidades na tarde de hoje. Uma é acolher a proposição do Deputado Dirceu Manfrinato, Deputado com vasta experiência nesta Casa, Segundo Secretário da Mesa da Assembléia, que apresenta uma oportunidade para que os Deputados estudem um pouco mais ainda esse projeto de quatro anos e que se retire por dez sessões esse projeto do Deputado Neivo.

Esta é uma oportunidade que peço aos Deputados que analisem e se não votarmos e não aprovarmos a retirada por dez sessões, então, que seja votado no dia de hoje esse projeto, mas que seja votado com os vinte e oito votos que precisam, favoráveis, para que esse projeto saia daqui e volte, certamente, com emendas.

Então, ele volta à Comissão de Justiça e ali temos tempo para apresentarmos emenda de acordo com o projeto que já apresentamos, que o Sr. Governador do Estado possa apresentar emendas, que os cinquenta e quatro Deputados possam apresentar emendas e que, aí sim, sejam votados em termos de engrandecer o transporte do Paraná, de darmos uma acolhida melhor aos que usam esse sistema de transporte.

Ontem eu dava um exemplo; hoje eu dou outro. Não é possível chegar na rodoviária e ter que se comprar uma passagem até Umuarama, quando se pretende descer apenas na Cidade de Maringá, quase a metade do caminho. Precisamos, realmente, mudar esse sistema de transporte. Nós não podemos permitir que o nosso passageiro tenha que

pagar uma passagem de oitenta quilômetros até Curitiba quando ele só quer andar vinte quilômetros.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Geraldo Cartário, acho que V. Exa. coloca com muita clareza e com muita precisão as suas palavras e o seu pronunciamento na tarde de hoje. É claro que se pudermos reunir todos os Partidos Políticos, reunir os Deputados Estaduais para que todos contribuam na elaboração das eventuais emendas, para que todos possam, evidentemente, ter mais alguns dias no sentido de colaborar positivamente com o Projeto, é natural e muito positivo.

Portanto, quero cumprimentar V. Exa. que demonstra uma atitude madura. E espero que a Casa concorde com este Requerimento, porque assim nós votaremos maduramente, com a participação de todos.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço o aparte de V. Exa. e cumprimento-o pela sua humildade, em concordar, em aceitar este Requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, que tem o objetivo de dar um pouco mais de tempo para que a Assembléia não seja notícia nos jornais, na imprensa, de um Projeto de 4 anos, em questão de segundos, simplesmente se falou que está rejeitado.

Não podemos permitir isso, Sr. Deputado.

O Sr. Neivo Beraldin - Permita-me, só gostaria de mais uma vez dizer que se faz oportuna, talvez uma pesquisa junto aos usuários do transporte coletivo. Uma pesquisa séria, para sabermos o que pensa o povo usuário do transporte do Paraná.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Quando V. Exa. fala de pesquisa, até gostaria de sugerir ao nosso Presidente da Casa, Deputado Orlando Pessuti, ele que é digno do espírito grandioso, democrático, quem sabe se a Assembléia poderia ouvir os segmentos da sociedade, aqueles que na verdade usam o transporte, através de uma pesquisa, logicamente que a Mesa, com o Deputado Aníbal Khury e o Deputado Dirceu Manfrinato, poderiam proceder esta pesquisa, para que não restassem dúvidas. Porque tenho certeza de que o povo, realmente, quer uma mudança no transporte.

Concedo, com muita honra, o aparte pedido pelo Deputado Duílio Genari.

O Sr. Duílio Genari - Deputado, não concordo com V. Exa. quando diz que a Assembléia está sendo desmoralizada. Se con-

tinuarmos com esta decisão de nós Deputados, sem dúvida nenhuma a Assembléia vai ser desmoralizada. Está se desmoralizando. Acho que deveremos cumprir na data de hoje o que diz o artigo 159 do Regimento Interno, para que este Projeto do Deputado Neivo Beraldin seja, de fato, votado. Não pode nem ser recebido o Requerimento, baseado no Regimento Interno.

Então, não vejo o fato de estarmos sendo desmoralizados. Acho que vamos nos desmoralizar agindo desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa ao orador que está na tribuna que o Horário da Liderança do PP está terminada e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço um minuto para concluir. E quero dizer ao Deputado Duílio Genari de que este Requerimento apresentado pelo Deputado Dirceu Manfrinato, que pede a retirada por 10 Sessões, eu conversei com o Deputado Erondy Silvério, porque tenho nele a pessoa que me orienta e me instrui aqui dentro, porque sou Deputado de apenas uma legislatura, eu o consultava e ele me dizia que o Plenário, na verdade, é soberano. Se o Requerimento for submetido à votação deste Plenário, o Plenário poderá aceitar esta retirada por 10 Sessões, que certamente vem a engrandecer mais ainda o trabalho apresentado pelo Deputado Neivo Beraldin, neste Projeto do transporte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

A Presidência registra, com satisfação, a presença dos Vereadores de Londrina, Célio Guergoletto e Carlos Pinheiro.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, minha cara Deputada, eu prestei bastante atenção no pronunciamento do Deputado Geraldo Cartário e quero também neste instante louvar o Embaixador da Assembléia, Deputado Dirceu Manfrinato, que há dois dias vem se empenhando no sentido de achar um caminho para se prorrogar a discussão do Projeto do Neivo.

Mas ao mesmo tempo que louvo a atitude do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, eu devo dizer de que não subscrevi o documento e gostaria imensamente de que nós pudessemos decidir nesta tarde aqui este projeto de lei se autoria do Deputado Neivo Beraldin.

Eu prestei bastante atenção durante todas estas Sessões, desde a semana passada nós estamos vindo para a Assembléia,

ficando aqui até ao cair da tarde, hoje são sessenta e três mensagens que se acumulam dentro desta Casa de Leis, porque na hora da votação não dá quórum e este projeto já se encontra, como bem disse o Deputado Geraldo Cartário, há quatro anos dentro desta Casa de Leis. Nós nem éramos Deputados ainda e ele já estava tramitando aqui dentro deste Parlamento. Há quatro anos. E por que não decidir? Parece-me que o tempo já se esgotou e de há muito. Com todo o respeito pelos 30 Parlamentares que subscreveram o pedido do Requerimento, eu chamaria a atenção dos Senhores. O voto é livre. Vamos votar democraticamente. Quem vai votar contra, vota contra, quem vai votar a favor, vota a favor. Mas protelar por mais dez Sessões, eu com todo o respeito a todos aqueles que subscreveram, eu não concordo.

Eu acho que este projeto já está bastante maduro, bastante antigo, que as barbas deste projeto já estão chegando até na barriga.

É o momento de nós decidirmos esta parada. Vamos fazer com que nesta tarde se possa ou avançar no projeto se for aprovado ou se não ir para o arquivo numa votação democrática dentro da Casa.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que queria colocar, dizendo e respeitando todos aqueles que subscreveram, principalmente o ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, o qual eu tenho grande respeito e grande admiração. Não subscrevi e automaticamente não concordo com a prorrogação da aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Esta Presidência, antes de iniciar a votação dos projetos que constam da Ordem do Dia, dá ciência ao Plenário e em especial às Lideranças Partidárias, a respeito do cálculo da composição das Comissões, conforme disposto no Artigo 31 do Regimento Interno.

Comissão de quinze membros - CCJ, composição final:

PMDB - quatro membros

PP - três membros

PTB - três membros

PDT - dois membros

PFL - um membro

PT - um membro

PL - um membro

Total quinze Senhores Deputados.

Comissão de nove membros, composição final:

PMDB - dois membros

PP - dois membros  
 PTB - dois membros  
 PDT - um membro  
 PFL - um membro  
 PT - um membro

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, que comissão é essa de 9 membros?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Comissões especiais que são formadas pela Casa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Ah! Não são comissões permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente não. Comissão permanente de sete membros. Composição final:

PMDB - 2 membros  
 PT - 1 membro  
 PTB - 1 membro  
 PDT - 1 membro  
 PFL - 1 membro  
 PT - 1 membro

Total, sete membros.

Comissões especiais de cinco Senhores Deputados. Composição final:

PMDB - 1 membro  
 PT - 1 membro  
 PTB - 1 membro  
 PDT - 1 membro  
 PFL - 1 membro

A Mesa encarece às lideranças partidárias que se reúnam e se estendam quanto à indicação dos Senhores Deputados para que possamos ter as comissões funcionando na sua plenitude e dentro daquilo que é estabelecido pela nova composição das Comissões.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Um esclarecimento: hoje, após a sessão, haverá alguma reunião da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não tenho como responder a Vossa Excelência, porque não fui informado a esse respeito oficialmente pelo Presidente da Comissão. Ao que me consta, haverá reunião extraordinária para apreciação do projeto.

O SR. ERNANI PUDELL - Gostaria que sugerisse ao Presidente da Comissão que aguardasse as indicações, pelo menos até amanhã, ou depois, para que daí tivesse já a nova composição feita para a próxima reunião. Esse é o apelo, Senhor Presidente.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 07 (sete), de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando votação em bloco para os projetos de lei que declaram entidades de Utilidade Pública, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições nºs 051, 053, 056 e 057/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 051/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 228/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA. Que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Cruzeiro D'Oeste - Nova Olímpia). Com relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF. DTL/SAT nº 243/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.  
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 227/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, veto o Projeto de



Lei nº 228/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 228/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de Cruzeiro D'Oeste ao Município de Nova Olímpia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.07.93.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 051/93

P A R E C E R:

Vetado pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 228/93 de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, que autoriza a estadualizar do trecho rodoviário que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao Município de Nova Olímpia, o Senhor Governador do Estado usou das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, tendo em vista que este trecho rodoviário já é estadualizado, tendo como denominação "Rodovia PR-277".

Tendo em vista que o Poder Executivo cumpriu os prazos regimentais e constitucionais ao vetar o Projeto de Lei nº 228/93, por ser aquela rodovia estadualizada, esta douta comissão dá o seu parecer favorável, para que seja mantido o veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 053/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 224/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA. Que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Umuarama-Ivaté). Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF. DTL/SAT nº 245/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 229/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 224/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 224/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Ivaté.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.07.93.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 053/93

VETO

P A R E C E R:

I - A presente Proposição Veta o Projeto de Lei nº 224/93, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Ivaté, e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador, através de Ofício DTL/SAT nº 245/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

III - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 056/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 227/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Rondon ao Município de Guaporema. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT nº 248/93.

Curitiba, 30 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 228/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 227/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 227/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de Rondon ao município de Guaporema.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.07.93

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os Municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 056/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 227/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Rondon ao Município de Guaporema.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 057/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 217/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Mariluz. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT nº 249/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 230/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 217/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto

porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 217/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Mariluz.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.07.93

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 057/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o Veto apostado ao Projeto de Lei nº 093/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Mariluz.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOSE ARTHUR RITTI - Relator

A Mesa fará a chamada dos Srs. Deputados para a apreciação dos vetos que será feita em bloco, lembrando mais uma vez aos

Srs. Deputados que para rejeição dos vetos serão necessários vinte e oito votos "NÃO". Os Deputados que votarem "NÃO" estarão votando contra os vetos. Os que votarem "SIM" estarão votando a favor dos vetos.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação em bloco das Proposições 51, 53, 56 e 57/93.

(É feita a chamada nominal para votação).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência designa comissão com os seguintes Deputados: Renato Adur, Luiz Carlos Alborghetti e Namir Piacentini para procederem a contagem dos votos.

A Mesa anuncia o resultado da votação das proposições 51, 53, 56 e 57.

Pela rejeição dos vetos - vinte e um votos. Pela manutenção dos vetos - vinte e quatro votos. Em brancos - dois votos.

Estão mantidos os vetos.

Atenção Srs. Deputados. Atendendo à ordem de chegada à Mesa que preside os trabalhos, colocaremos em apreciação os requerimentos de Preferência de Votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 455/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei Complementar nº 044/91 constante da Ordem do Dia da presente Sessão, e, ainda, votação nominal para o referido projeto. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 521/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Pediria que Vossa Excelência nominasse os itens da pauta que foram priorizados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Primeiro projeto, item 43. Segundo projeto, item 35. E terceiro projeto, item 45.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 455/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/93. Aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de CR\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar nº 044/91, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN. Dispõe sobre o serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, nos termos do art. 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, com apoio dos Senhores Deputados Mário Bezerra, Geraldo Cartário, Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu constato na Ordem do Dia que o Projeto nº 044/91 do Deputado Neivo, não passou pela Comissão de Transportes desta Casa. Me parece que mais uma vez nós desvalorizamos as Comissões Internas da Casa como já ocorreu em Projeto do Poder Judiciário que passava aqui, por este Plenário, e que eu, naquele momento, levantava a mesma questão. Depois o próprio Poder Judiciário também pedia a sua retirada.

Então eu peço, Senhor Presidente, que se verifique o fato de que esse Projeto do Deputado Neivo Beraldin não passou pela Comissão de Transportes da Assembléia e que, evidentemente, até antes de ser votado o Projeto e até o próprio requerimento, se faça a retirada da Ordem do Dia para que ele exatamente passe por esta Comissão. É o apelo que eu faço.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 26 de abril do corrente ano, nós tínhamos na pauta - no item 11, daquela Sessão Ordinária, o Projeto de Lei nº 410/92 de nossa autoria que se encontrava na fase de votação.

Naquela Sessão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós requeríamos a retirada do projeto porque era um projeto muito polêmico, era um projeto que era do nosso interesse e, principalmente, do interesse de 60 e poucos municípios do Estado do Paraná que estavam sendo prejudicados por uma medida do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que se referia ao ICMS gerado por hidrelétricas...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. ÉLIO RUSCH - ... naquela ocasião...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tampanos)

Pela Ordem, tem a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não procede a Questão de Ordem do Deputado Élio Rusch uma vez que está fugindo totalmente do assunto que é o Projeto 044...

O SR. ÉLIO RUSCH - Não estou fugindo do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Élio Rusch que formule a sua Questão de Ordem.

O SR. ÉLIO RUSCH - Não estou fugindo, Senhor Presidente.

Naquela ocasião a Mesa deixou de receber o requerimento porque entendia a Mesa, naquela oportunidade, e que era dirigida por Vossa Excelência, e está aí nos Anais, a Mesa deixa de receber esse requerimento com base no que diz o Artigo 159, do Regimento Interno e que passo a ler aos Senhores Deputados - e aí é que a Presidência da Assembléia lê para os Senhores Deputados o que diz o Artigo 159 do Regimento Interno.

E mesmo assim, nós apelamos ao Artigo 120 e pedimos recursos ao Plenário e que foi concedido por Vossa Excelência. E o Plenário devia então decidir sobre a decisão da Mesa se o Plenário concordaria com a decisão da Mesa no dia 26 de abril deste ano ou não.

E aí eu leio novamente para o Senhor Presidente e para os Senhores Deputados qual foi o resultado da votação da apelação do dia 26 de abril deste ano que nós fizemos da decisão da Mesa, e a decisão foi a seguinte: (e diz nos Anais da Assembléia do dia 26 de abril de 1993) "A Mesa anuncia o resultado: 14 (quatorze) Senhores Deputados são contrários à decisão da Mesa e, portanto, favoráveis à recepção do requerimento; 28 (vinte e oito) Srs. Deputados são favoráveis à decisão da Mesa e, portanto, contrários à recepção do requerimento..."

Eu só espero que os 28 Deputados, que no dia 26 de abril decidiram cumprir o Regimento Interno, Artigo 159, venham a cumprir novamente o Artigo 159 que diz, e leio para que fique registrado nos Anais da Assembléia, (Lê): "Antes de se iniciar a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, ...". E aí nós temos um agravante, neste momento este projeto já foi discutido e está em fase de votação, primeiro; segundo, este projeto já foi retirado mais do que uma vez da sessão. E como é que vamos retirá-lo novamente? Ou será que o Artigo 159 só prevalece quando os projetos são de nosso inte-

resse e não prevalece para os demais?

Espero que nós, Deputados, venhamos e resgatar a credibilidade da Casa! Esperamos que o Regimento Interno seja cumprido por todos! Esperamos que a lei seja igual para todos! E que não tenhamos dois pesos e duas medidas!

Acho que a novela do Transporte Coletivo do Estado do Paraná já é uma novela arrastada por muito e muito tempo!

Vamos colocar um fim nisto! E por isto, encerramos a discussão hoje e amanhã se for votado em primeira discussão, mas esperamos, Senhor Presidente, que o Regimento Interno seja cumprido no dia de hoje como foi cumprido no dia 26 de abril de 1993.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde a Questão de Ordem do Deputado Algaci Túlio: o projeto encontra-se em fase de votação, portanto, não poderemos retirá-lo para a Comissão de Transportes e esta já foi uma decisão desta Presidência em Questão de Ordem anterior formulada por Vossa Excelência.

A Mesa, com base no Artigo 159 do Regimento Interno, deixa de receber o requerimento presente de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, tendo em vista que estabelece que o projeto somente poderá ser adiado por uma única vez e por 10 Sessões, antes de ser iniciada sua fase de discussão, lembrando que a exemplo do que já respondemos ao Deputado Algaci Túlio, o projeto encontra-se em fase de votação.

Por esta razão, a Mesa não recebe o requerimento.

Pela Ordem, concedemos a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu invoco a Vossa Excelência o artigo 120 e que já é de praxe nesta Casa, quando nós temos alguns projetos polêmicos, e que isto passa a ser uma decisão soberana. Eu invoco o artigo 120 a Vossa Excelência, para que seja votada em Plenário, esta decisão, através dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência está recorrendo da decisão da Mesa...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Perfeitamente. E gostaríamos que nosso Requerimento fosse votado conforme determina o artigo 120, pelos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Questão de Ordem do Deputado Manfrinato, que recorre da decisão da mesa de não receber o Requerimento de retirada do Projeto

to da Ordem do Dia.

A Mesa colocará à apreciação do Plenário o recurso do Deputado Dirceu Manfrinato.

Os Senhores Deputados que forem a favor da decisão da Mesa de não receber o Requerimento, queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, uma consulta à Mesa...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Processo de Votação, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte (20) dos Senhores Deputados aprovam a decisão da Mesa em não receber o Requerimento.

Os Senhores Deputados que são contrários à decisão da Mesa em receber o requerimento, e conseqüentemente favoráveis ao recebimento do requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) dos Senhores Deputados são contrários à decisão da Mesa.

O requerimento, portanto, é recepcionado pela Mesa.

Requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, apoiado por outros Senhores Deputados, requer após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar de autoria do Deputado Neivo Beraldin da Ordem do Dia por 10 Sessões.

Em votação. Está aprovado o requerimento. O projeto é retirado da Ordem do Dia por 10 Sessões.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero fazer mais uma vez um apelo a esta Casa para que se reúnam os Deputados, para que se reúnam as Bancadas, os Partidos Políticos e possamos, juntos, elaborar um projeto para o bem do público usuário do ônibus do Estado do Paraná.

Precisamos de um novo regulamento para gerenciar esse setor. Precisamos dar...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de Ordem de V. Exa.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Apenas para saber se a Mesa que já deve ter conversado com o Deputado Erondy Silvério, acatou o apelo do Partido dos Trabalhadores, da Bancada do Partido dos Trabalhadores para que hoje não fosse realizada nenhuma reunião das Comissões, especialmente da CCJ, para que possamos indicar os nomes da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já se entendeu com o Deputado Erondy Silvério e a reunião da CCJ fica

transferida para amanhã, dando condições para que os líderes partidários promovam a indicação dos membros à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Endossando as palavras do Deputado Algaci Túlio, nota-se, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., grande Parlamentar, grande Presidente desta Casa, que tem pautado por uma conduta exemplar, idônea e de caráter, eu espero que V. Exa. apoiando o pedido do ilustre Parlamentar, Deputado Algaci Túlio, da Bancada do PDT, o Partido Trabalhista Brasileiro também pede que esse projeto seja enviado à Comissão de Transportes da Casa para uma análise, porque então para que servem Comissões se elas não são consultadas, se elas não são respeitadas neste Parlamento?

Então, peço a V. Exa. que sempre se pautou com dignidade, com respeito neste Parlamento, que V. Exa. atenda o pedido da Bancada do PDT e do Partido Trabalhista Brasileiro e que esse projeto do Sr. Neivo do ilustre Deputado Neivo Beraldin seja encaminhado à Comissão de Transportes para que os membros dessa Comissão possam dar um parecer favorável ou contrário ao mesmo.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, se V. Exa. entender que se trata de matéria vencida eu vou concordar com V. Exa., mas como autor do requerimento e que recebemos o apoio dos Srs. Deputados, queria apenas colocar aqui de que o nosso interesse, como criou-se uma polêmica entre o projeto do Deputado Neivo Beraldin e do Deputado Hermas Brandão, o nosso desejo daqui para frente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é de que haja entendimento, porque o Deputado Dirceu Manfrinato não tem nada contra os empresários. Até acho que os empresários são os responsáveis pelo progresso do nosso Estado, gerando empregos, acreditando e investindo no nosso Estado.

Então, Sr. Presidente, o que devemos fazer, se V. Exa. permite, é reunir os srs. empresários, os Srs. Deputados, o sindicato da classe, elaborarmos um projeto no meio do projeto do Neivo e Hermas Brandão e buscarmos a solução que desejamos.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Só enaltecendo as palavras do Deputado Dirceu Manfrinato, gostaria que a imprensa fizesse parte também para que qualquer dúvida não venha a acontecer.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - A imprensa nunca ficou de fora, Sr. Deputado.

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 521/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/93. Reajusta, a partir de 1º/09/93, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, do magistério público estadual de 1º e 2º graus, salários dos servidores da Adm. dos Portos de Paranaguá e Antonina, e salários do pessoal contratado nos termos da Lei 9198/90. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. ~~Em~~ votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, é óbvio que num momento como este nós não temos como deixar de ser favoráveis a esta proposta de reajuste dos servidores públicos de 20 e 25%, mas a Bancada do PDT tem que deixar registrado aqui que lamenta de que o acordo feito na Comissão de Constituição e Justiça junto ao Secretário da Administração, Dr. Gastão, até a presente data não vem sendo cumprido. Comprometeu-se conosco o Secretário da Administração, naquela oportunidade, na C.C.J. de que ele enviaria para aquela Comissão, com um prazo nunca inferior a 15 dias, o reajuste do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Lamentavelmente, mais uma vez essa proposta de reajuste vem no afogadilho e como outras propostas anteriores procura deixar também tirar alguns direitos dos servidores. A exemplo disso, inclusive queremos registrar o voto contrário da Bancada do PDT ao Artigo 13 da referida mensagem que diz: "Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 93, ficando revogados os artigos 107 e 118 da Lei 6.417 de 3 de julho de 73 com suas alterações e demais dispositivos em contrário".

Por que a preocupação da Bancada do PDT? Porque aqui se prende a tabela de vencimentos dos servidores da Polícia Militar. Se prende à questão da vertical no reajuste do salário dos servidores e no momento em que se implanta este objetivo, esta retirada desse direito do servidor, não nos dá o Governo do Estado, nenhuma garantia, de que o índice proposto hoje ao coronel será o mesmo a ser proposto ao soldado.

Por isso, queremos em nome da Bancada do PDT, deixar aqui registrado, não o nosso voto contrário, mas o nosso voto de lamentação por este índice que se está dando ao servidor público e o nosso voto contrário ao artigo 13 dessa mensagem. Voto contrário da Bancada do PDT.

Somos favoráveis à mensagem, porque sabemos que 20% ou 25% nesse momento, não resolve, quando a inflação já ultrapassa a casa dos 35%, mas é uma forma de amenizar

a vida do servidor público.

Por isso nossa posição em relação a esta mensagem não é a melhor. Através da nossa vice-liderança, Deputado Algaci Túlio, estaremos propondo a retirada deste artigo desta Mensagem que só traz prejuízo à Polícia Militar mais uma vez.

Obrigado.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, nós do PT, analisamos o projeto de lei e facilmente se constata que é uma proposta de continuidade do achatamento salarial dos servidores públicos do Estado.

Já há quase três anos no Governo, a atual administração ainda não conseguiu elaborar, propor e discutir com os servidores públicos do Estado, uma política salarial. Isso porque falta vontade política ao Governo. O Governo não deseja negociar, ou seja, é um governante autoritário. Em agosto do ano passado quando veio a mensagem de reajuste do servidor, naquela ocasião, nós do PT, condenamos a proposta do Governo justamente por não pôr uma política salarial e naquele momento, calculava sobre o soldo, os percentuais de acordo com a graduação.

Naquele momento, ao contrário do que se esperava de um governo que diz defender os que ganham menos, ele propunha sobre o soldo naquela ocasião, que um coronel deveria ganhar 249,26% acima do soldado e o soldado 62,05%. Condenamos e dizíamos que esse tipo de gratificação aumenta as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres e entre os de melhores salários e os de menores salários. Condenamos naquele momento. O Governo parece que reviu o erro e agora propõe o mesmo percentual de 80%. Mas quando a gente pensa que ele reviu o erro, ele incorre em outro, como chamou a atenção o Deputado Paulo Maia. O artigo 13 fere o princípio da legalidade, ao acabar com o escalonamento, ao propor a modificação da Lei nº 6.417 de 3 de julho de 73. Ali há um escalonamento dos soldados aos coronéis e aí ele impõe e passa a legislar sobre salário em cima de tabelas, como vem fazendo já com os demais servidores. Com tabelas que ele administra a bel-prazer, sem negociar com ninguém. E assim, por vontade própria, ele vai fixar reajustes de acordo com o desejo dele.

E ainda mais, não é a primeira vez que o Governador propõe reajustes diferenciados, dando para o DAS reajustes superiores, no caso agora acima da inflação enquanto que para os demais servidores é abaixo da inflação.

Fazemos questão de registrar esta irresponsabilidade do Governo, esta postura autoritária, esta falta de política salarial para os servidores públicos do Esta-

do.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 521/93. **Aprovado.**

Esta Presidência, atendendo Questão de Ordem do Deputado Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti, e tendo em vista a aprovação por este Plenário de retirada da Ordem do Dia por dez sessões do Projeto de Lei Complementar 44/91, determina que o mesmo seja encaminhado à Comissão de Obras e Transportes, para neste prazo, de dez sessões, receber o competente parecer.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem). Em meu nome e em nome Deputado Algaci Túlio, que levantou este tema, não poderia esperar nada mais do que o caráter de V. Exa.. Por isto votei em V. Exa., continuo lhe admirando e espero que V. Exa. sempre se pautar por determinações concretas, objetivas e que faça com que este Parlamento seja realmente respeitado, não só no Paraná, mas em todo o Brasil. É o que vejo em V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passaremos ao restante da matéria.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 273/92, de autoria do Deputado João Iensen. Estabelece a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1º e 2º graus das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.C.E. e C.E.M.A.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 108/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Puxante de Lidianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Autoriza o Poder Executivo a determinar a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Feminina na sede do Município de Campo Mourão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti.

Institui a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 333/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Declara de Utilidade Pública o PROVOPAR, Programa do Voluntariado Paranaense, do Município de Assis Chateaubriand, PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 359/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 383/93, de autoria do Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs de Betânia, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 391/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Prudentópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 397/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Altera a redação do art. 1° da Lei n° 10.156. (O Instituto de Educação do Paraná, sediado na Cidade de Curitiba, passa a denominar-se Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 400/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 40/93. Autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 419/93,

de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 420/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Ligando o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 422/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Barbosa Ferraz - APMI, com sede no Município de Barbosa Ferraz - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 423/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 424/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Pinhão-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 426/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 431/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Denomina o Hospital Geral do Portão e seu Centro Cirúrgico, respectivamente, Hospital Geral Mauro Senna Goulart e Centro Cirúrgico Albert Sabin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 433/93, de autoria do Deputado Nereu Moura. Declara de Utilidade Pública a A.P.M.I. de Cantanduvás, com sede e foro naquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**



2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 436/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 440/93, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN. Declara de Utilidade Pública a Creche - Escolar Crisálida, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 441/93, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN. Declara de Utilidade Pública a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 443/93, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO. Declara de Utilidade Pública a Creche Nice Braga, com sede e foro no Município de Jundiá do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 448/93, de autoria da Deputada EMILIA BELINATI. Declara de Utilidade Pública a Associação Ambientalista Bandeira Verde, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 450/93, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO. Declara de Utilidade Pública a União de Entidades Ambientalistas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 452/93, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR. Declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR Municipal de Ortigueira - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 456/93, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ZUK. Denomina Doutor Diogo Emanuel de Almeida, a Rodovia 153, no trecho que liga Ibituva a Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 457/93, de autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESOA. Declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário com sede no Município de São

Sebastião da Amoreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 462/93, de autoria da Deputada EMILIA BELINATI. Declara de Utilidade Pública a Creche Helena Ometto Torres, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 181/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 014/93. Aprova o crédito suplementar no valor de CR\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros) ao Orçamento próprio da FASPAR, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Em votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

No nosso Regimento Interno, página 14, que fala das Comissões Permanentes e sua competência, no seu Artigo 33, § 3º, diz o seguinte:

(Lê)

"§ 3º - A Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública sobre atividades financeiras do Estado: matéria tributária, empréstimos públicos, fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados, fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei n° 8358, de 05 de setembro de 1986."

Estou vendo que na Ordem do Dia não consta parecer da Comissão de Finanças nesse item 36 que trata de uma mensagem que aprova crédito suplementar. Também, Senhor Presidente, não temos cópias desta lei junto à Ordem do Dia.

Requeiro a V.Ex.<sup>a</sup>, se assim V.Ex.<sup>a</sup> interpretar de acordo com a lei, que devolva o projeto à Comissão de Finanças porque ela é tão ou mais importante que a CCJ na elaboração do referido anteprojeto. E o volume aqui é muito grande, Sr. Presidente, é um crédito suplementar no valor de vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros ao orçamento da FASPAR.

Gostaríamos de saber de onde se tiram e onde se colocam esses recursos, Sr. Presidente.

Então, é necessário que os Deputados tomem conhecimento e não simplesmente vo-



tem um crédito suplementar dessa monta, mais de vinte e dois bilhões de cruzeiros.

Solicito a V.Ex.<sup>a</sup> se há procedência na minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de ordem de V.Ex.<sup>a</sup> tendo em vista o que dispõe o Art. 159 do Regimento Interno: o projeto encontra-se em fase de votação e não será retirado da Ordem do Dia por esta Presidência.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA - Voto contrário do Deputado Mário Bezerra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Voto com restrições do Deputado Algaci Túlio que amanhã pretende colocar algumas emendas, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de em segunda discussão emendar o projeto.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 250/93, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell. Dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C.. **Em votação.**

O SR. RENATO ADUR - V.Ex.<sup>a</sup> está colocando em votação o item 41 que está fora de ordem sobre a comercialização e classificação do fumo?

(Afirmativo)

Vamos aprovar esse projeto de lei do Deputado Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell em 1.<sup>a</sup> discussão mediante um acordo firmado com a Liderança do PMDB e o PT para que sejam apresentadas emendas com os nossos Deputados Toti Colaço e Bona Turra para a regulamentação e apresentação de uma nova emenda modificando e adequando o projeto dos Deputados do PT.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está aprovado o projeto.

A Mesa coloca em votação, agora, a proposição de n° 37.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 261/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no município de Paranaguá, uma Delegacia da Mulher. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 372/93,

de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no município de Piraí do Sul - Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 417/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 429/93, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Kaloré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 454/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 043/93. Cria o cargo de provimento em comissão de Diretor Técnico, do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 460/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 048/93. Aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, visando atender despesas com manutenção da Casa Civil no decorrer do Exercício de 1993. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 524/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam, a partir de 1° de setembro de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo I. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 127/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Altera a redação da Lei Complementar n° 59/91, de 01 de outubro de 1991. (Conservação Ambiental). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e contrário da C.E.M.A.. (Publ. no D.A. n° 59/92, de 13.05.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 127/92

**P A R E C E R:**

O Plano de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade alterar a redação da Lei Complementar nº 59/91, de 01 de outubro de 1991.

Após a análise deste, concluímos que o mesmo atende os requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, bem como é notório a sua importância quanto ao mérito.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92

(a) ERINDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

**PROJETO DE LEI Nº 127/92**

**P A R E C E R:**

De autoria do Nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, o Projeto de Lei em análise, visa alterar a redação da Lei Complementar nº 059/91, de 01 de outubro de 1991.

Em nossa análise, verificamos que a Lei Complementar nº 059/91, tem como objetivo primordial, garantir a preservação ambiental de áreas importantes para a qualidade e melhoria de vida de sua população.

Verificamos, ainda, que a Lei contempla os Municípios que possuam unidades de conservação ambiental, visando medidas de proteção e conservação das mesmas.

A presente proposta refere-se à inclusão do reflorestamento, no "caput" do artigo 2º, da Lei supracitada, entre as unidades de conservação ambiental.

Entendemos que tal alteração não encontra-se no contexto preservacionista ambiental, pois não visa benefícios às áreas nativas, deixando de ter efeitos e consequências protetoras do meio ambiente.

Nestas condições, nosso parecer é contrário, opinando-se pela rejeição do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.93

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - A Banca do PT esteve analisando o Projeto nº 127/92, e o objetivo dele é dar o desconto de ICMS a áreas de reflorestamento. Nós, do PT, entendemos que área reflorestada não é reserva florestal. Há uma interpretação diferente. Inclusive, a Comissão de Ecologia dá um parecer contrário.

Nós do Partido dos Trabalhadores, por entendermos que reserva florestal deve ter, isto sim, contas menores de ICMS, enquanto as áreas de reflorestamento devem

pagar o normal, porque é uma área que está em exploração. Não é uma área que está em reserva.

Portanto, nós votaremos de acordo com o Parecer da Comissão de Ecologia, ou seja, votaremos contrários ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação. Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Plauto Guimarães.

O SR. PLAUTO GUIMARÃES (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados, este Projeto que entra em votação agora, inclui os reflorestamentos nos 3% que são os royalties destinados às florestas. Então, automaticamente, vai incluir aqueles municípios, como foram citados, dentro da nossa própria visão, municípios como Tibagi, que tem 30% da sua área coberta de reflorestamento e não recebe nada de ICMS porque toda esta área é coberta. E o ICMS exploração da madeira tirada dali vai para o Município de Telêmaco Borba, onde há a indústria papaleira; vai para o Município de Arapoti, onde há a indústria papaleira e não recebe nada. Então, nós estamos incluindo para que receba os 5% dos royalties florestais incluindo os reflorestamentos, porque são aqueles Municípios que tinham, já era coberta e nada recebiam.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós, mediante o parecer contrário da Comissão do Meio Ambiente e entendendo o apelo do Deputado Rosinha, havíamos combinado com o Deputado Plauto Miró de aprovarmos em 1ª discussão e entrarmos com emenda nas Comissões.

Mas aqui reitero e faço um apelo ao Deputado Plauto se puder retirar da Ordem do Dia esse projeto, acho que a gente poderia analisar melhor, porque essa questão ambiental é bastante delicada e não podemos de repente, muito repentino aprovarmos um projeto que pode amanhã vir a complicar as verdadeiras reservas florestais que temos no Estado do Paraná, enquanto que sabemos que as reservas de reflorestamento são reservas que o destino delas efetivamente é serem eliminadas porque são reservas que têm o processo de desbastes e tudo o mais.

Então, pediria ao Deputado Plauto Miró, se fosse possível, a retirada por dez Sessões para a gente analisar melhor o seu projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ - Senhor Presidente, vou entrar com Requerimento pedindo a retirada por cinco Sessões.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a re-

tirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa não recebe o Requerimento tanto em vista que o projeto se encontra em fase de votação. O Artigo 159 estabelece que a retirada só é permitida antes de iniciada a discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - O processo segundo nos consta ainda está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto já está em votação tendo que o Deputado Florisvaldo Fier e Deputado Plauto Guimarães já encaminharam a votação do mesmo.

O Projeto poderá ser retirado na Sessão de amanhã.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, a gente recorre como foi recorrido já hoje, de acordo com o próprio Regimento Interno, para que seja consultada a Plenária se a Mesa deve ou não receber tal Requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - V.Exa. terá que manter a coerência porque numa solicitação minha anterior V.Exa. não permitiu porque estava em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa não recebe o Requerimento de autoria do Deputado Plauto Guimarães de retirada da Ordem do Dia por cinco Sessões por estar o projeto em fase de votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há poucos instantes votamos um requerimento aí na Mesa prorrogando o prazo por 10 Sessões de um anteprojeto de lei, projeto de lei do Deputado Neivo Beraldin.

Parece-me que o nosso líder, Deputado Renato Adur está entrando com Requerimento e gostaríamos que o Requerimento do Deputado Renato Adur, com a aquiescência do autor do projeto, fosse colocado em votação em Plenário, porque daí automaticamente decidiríamos, porque se não dois pesos e duas medidas teríamos daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com base no Artigo 120 do Regimento, o Deputado Toti Colaço e Deputado Florisvaldo Fier recorrem da decisão da Mesa.

A Mesa colocará a decisão a Plenário.

Os Senhores Deputados que são favoráveis a que a Mesa recepcione o Requerimento do Deputado Renato Adur e Deputado

Plauto Guimarães para a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar 127/92, os que forem favoráveis à decisão da Mesa de não receber queiram levantar-se. (Pausa).

Os Senhores Deputados que são contrários à decisão da Mesa e que querem que se receba o requerimento queiram levantar-se. (Pausa).

A Mesa em função da decisão do Plenário recepciona o Requerimento de autoria do Deputado Plauto Guimarães e Renato Adur.

Os Senhores Deputados que são favoráveis a retirada do Projeto de Lei 127/92 por cinco Sessões permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado o requerimento e retirado o Projeto.

Fica portanto, retirado por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei nº 127/92.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 294/92, de autoria da Deputada Lygia Pupatto e dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino. Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A.. (Publ. no D.A. nº 147/92, de 21.10.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 294/92

P A R E C E R:

Analizando a Proposição apresentada pelos nobres Senhores Deputados Lygia Pupatto, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino, constatamos que a mesma está sobejamente amparada nas Constituições Federal e Estadual, pois a Carta Magna Nacional dedica um Capítulo inteiro ao Meio Ambiente, além de tratar do assunto em diversos outros Artigos, tais como: Art. 23 - VI e VII; Artigo 24 - VI, VII e VIII; Art. 5º - LXXIII; Art. 170 - VI; Artigo 200 - VIII, etc.

Por seu turno, a Constituição Estadual também aborda amplamente o assunto, destacando-se o Art. 12 - VI e VII; Art. 13 - VI, VII e VIII, além do Capítulo V, do Título VI, que compreende os Arts. 207 e 209, que trata especificamente da matéria.

Assim sendo, a matéria está em condições de ser aprovada.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 294/92

P A R E C E R:

Analizando a Proposição apresentada pelos nobres Senhores Deputados Lygia Pupatto, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino, constatamos que o referido projeto

está amparado pela Constituição Federal e Estadual, acompanhamos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Tendo em vista a nossa participação na elaboração da Constituição Estadual que também aborda amplamente o assunto, destacando-se o Art. 12 - VI e VII; Art. 13 - VI, VII e VIII, além do Capítulo V, do Título VI, que compreende os Arts. 207 a 209, que trata especificamente da matéria.

Assim sendo, a matéria está em condições de ser aprovada.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.92.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

Em votação. Rejeitado o Projeto.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, solicito Verificação de Votação.

A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se - 9 aprovam; 20 rejeitam - rejeitado o 294/92

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 327/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que altera o artigo 1° da Lei n° 9.244, de 14 de maio de 1990, conforme especifica (Altera as divisas do Município de Ventania). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 157, de 05.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 327/92

P A R E C E R:

Analisando o presente Projeto de Lei, por atender as especificações do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no que diz respeito a seus aspectos Constitucional, Legal, Jurídico e de Técnica Legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação normal, até final de liberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 017/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leocádia Braga Ramos, com sede no Município de Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 04, de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 017/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leocádia Braga Ramos, com sede e foro no Município de Pinhais, neste Estado.

Em sessão desta Comissão, realizada no mês de março do corrente ano, esta Relatora solicitou que se aguardasse o prazo de um ano de personalidade jurídica, ocorrido no último 28 de agosto e ainda se autenticasse os documentos apresentados.

Após cumpridas as exigências da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, somos de Parecer Favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera Artigos do Decreto n° 3926, de 17.10.88, e dá outras providências (SANEPAR). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. n° 11, de 08.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 053/93

P A R E C E R:

O nobre Deputado Carlos Simões, vem apresentar Projeto de Lei objetivando alterar a legislação que trata da tarifação dos serviços prestados pela SANEPAR.

Como os Artigos 53 e 65, da Constituição Estadual, asseguram à Assembléia Legislativa e aos Membros a discussão e a iniciativa das matérias de competência do Estado, a presente Proposição está em condições de ser aprovada pela Casa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 53/93

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Carlos Simões, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, a alteração de artigos do Decreto n° 3926, de 17.10.88, e dá outras providências.

O projeto em questão mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Não é de competência desta Casa de Leis, promover a alteração de Decretos do Poder Executivo, cabendo a este promover as alterações que julgar necessárias.

Acontece porém, que pelo mérito da questão o Projeto mereceria ser aprovado por esta Casa.

Deste modo, o nosso parecer é favorável.

vel à apreciação do mesmo em Plenário, com o intuito de que seja encaminhada pelo seu autor, sugestão ao Chefe do Poder Executivo, consubstanciada no objetivo da Proposição ora em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente e Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 111/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A. (Publ. no DA. n° 28, de 06.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 111/93

P A R E C E R:

O projeto de Lei em exame, de iniciativa nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná.

Em sua justificativa o autor lembra que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é preceito da Constituição Federal, através do art. 225, cabendo ao Poder Público a sua viabilização. Sua proposição "tem o objetivo de institucionalizar a integração dos parques estaduais no Estado do Paraná," constituindo um sistema que viabiliza a realização de suas finalidades específicas.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim, considerando o elevado alcance da medida proposta, emito parecer favorável ao Projeto de Lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI N° 111/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do preclaro parlamentar Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade precípua a instalação do Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná.

No que concerne ao mérito, e dentro dos parâmetros que norteiam os trabalhos desta comissão, a proposição em tela é de absoluta e hodierna oportunidade, sendo certo que não há nada, no âmbito desta comissão, que impeça a sua normal tramitação neste poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator.

Sobre o referido Projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões. Aprovado. Fica portanto, retirado por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n° 111/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 225/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância de São João do Ivaí- Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Aprovado. (Publ. no DA. 69, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 225/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública a APM- Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São João do Ivaí, com sede e foro no Município de São João do Ivaí, neste Estado.

Em sessão desta Comissão, realizada no mês de junho do corrente ano, esta Relatora solicitou ao autor que fosse anexado ao Projeto o Relatório de atividades da entidade, atendido nesta data e com possibilidade de ser exarado o devido parecer.

Após cumprida as exigências da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 378/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivaiporã - Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C. (Publ. no DA. n° 104, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 378/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivaiporã- Pr.

Dentro da competência atribuída a esta comissão, não existem óbices que a tramitação da matéria.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 378/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei ora sob análise, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivai-porã-Pr.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se sobre a matéria concluiu inexistir óbices legais, constitucionais que possam impedir sua tramitação por esta Casa de Leis.

Esta Comissão de Segurança, reconhecendo os objetivos meritórios da proposta e, tendo em vista que a matéria não fere princípios legais e constitucionais, manifesta-se pela sua tramitação, bem como pelo parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

JOÃO PREIS - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 378/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Paulo Maia, o Projeto de Lei nº 378/93, que visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivai-porã, já recebeu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça, e Segurança Pública, que reconhecem os objetivos meritórios da proposta.

Visto que a matéria não fere os princípios legais e constitucionais, esta douta comissão dá o seu parecer favorável para sua tramitação, e posterior aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Por equívoco da nossa parte nós deixamos passar aqui no item 51 da pauta a proposta de alteração de Decreto que é competência do Poder Executivo. Por isso queremos registrar aqui a nossa posição contrária visto o Decreto ser uma autonomia do Poder Executivo e não tem competência esse Poder Legislativo para alterá-lo. Essa é a posição do PDT.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Com referência ao mesmo Projeto entendemos a mesma questão, porque um Decreto a gente só pode sustá-lo através de um Decreto Le-

gislativo e não mudá-lo através de um Projeto de Lei como está se propondo. Também a posição contrária da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 427/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino. Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção à Maternidade à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Califórnia - Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 427/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Edson Silva Lino, o presente Plano de Lei objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I.; com sede e foro no Município de Califórnia.

Ao ser procedida a análise da referida matéria, esta Comissão concluiu estar o processado de conformidade com as exigências da legislação vigente sobre o assunto, não tendo sido encontrado nenhum impedimento legal, constitucional ou regimental a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 495/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Ibrahim Abudi Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 124, de 15.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 495/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 495/93, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Ibrahim Abudi Neto.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em rela-

ção ao item 56 já votado, gostaria de consultar o Deputado Anibal Khury, porque é que o pai do Sr. Ibraim Abudi Neto parece que é o fundador e não o próprio?

O SR. ANIBAL KHURY - É o filho, pai e filho fundaram?

O SR. DR. ROSINHA - Era só essa a constatação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -  
1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 522/93, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. n° 624/93. Reajusta, conforme especifica, a partir de 1° de Setembro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 127, de 21.09.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 522/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por finalidade reajustar os vencimentos, a partir de 1° de setembro de 1993, dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário.

Analisando o referido projeto, sob o aspecto legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 522/93

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° 624/93, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o presente Plano de Lei tem por finalidade reajustar, conforme especifica, a partir de 1° de setembro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

A matéria foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator opinou favoravelmente pela Aprovação do Projeto de Lei em tela.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou qualquer óbice que impeça a tramitação do presente Projeto de Lei neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

Rejeitado.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em verificação de votação o Projeto n° 522/93 de de autoria do Tribunal de Justiça.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à aprovação do Projeto, queiram levantar-se.

Onze (11) Srs. Deputados aprovam.

Dezessete (17) Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado. Com abstenção dos Deputados Hermas, Bifon e Cezar Silvestri.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 523/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 1681/93. Reajusta, conforme especifica, a partir de 1° de setembro de 1993, os vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos auditores, ativos e inativos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 127, de 21.09.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 523/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar os vencimentos, a partir de 1° de setembro de 1993, do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado e dos Auditores.

Analisando o referido projeto, sob o aspecto legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
José Arthur Ritti - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 523/93

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, oriundo do Ofício n° 1682/93, do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar conforme especifica, a partir de 1° de setembro de 1993, os vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado, junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, ativos e inativos.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, ofereceu parecer favorável a presente propositura.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há óbice que impeça a normal tramita-

ção do Projeto de Lei em tela, neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

O SR. DOUTOR ROSINHA - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação requerida pelo Deputado Doutor Rosinha.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto 523/93, queiram levantar-se.

Três (3) Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada por 05 (cinco) sessões, dos Projetos de Lei nºs 522/93, 523/93 e 525/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Retirado pelo Autor.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 525/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, em setembro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 127, de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 525/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar os vencimentos, a partir de 1º de setembro de 1993, dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Analisando o referido projeto, sob o aspecto legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 525/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por finalidade reajustar as tabelas de

vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, em setembro de 1993.

Sobre a matéria houve o pronunciamento Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada, que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 013/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Campina do Simão. (ex-Projeto de Lei nº 458/93). Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 119/93, de 31.08.93 - Projeto de Lei nº 458/93).

PROJETO DE LEI Nº 458/93  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Cezar Silvestri, visa a criação do Município de Campina do Simão, desmembrado do Município de Guarapuava.

Tal proposição na forma apresentada, atende o disposto na Lei Complementar 56 e ainda o que dispõe a Lei Complementar 70.

Dessa forma, procedida a análise legal, constitucional e regimental da Proposição, e de acordo com documentação apresentada, vem ao encontro dos interesses da comunidade envolvida, nada encontramos que pudesse impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do soberano Plenário desta Casa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à proposta, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 014/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Autoriza a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha. (ex-Projeto de Lei nº 459/93). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 119, de 31.08.93 - Projeto de Lei nº 459/93).



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI DE Nº 459/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, visa a criação do Município de Palmeirinha, desmembrado do Município de Guarapuava.

Tal proposição na forma apresentada, atende o disposto na Lei Complementar 56 e ainda o que dispõe a Lei Complementar 70.

Dessa forma, procedida a análise legal, constitucional e regimental da Proposição, e de acordo com documentação apresentada, vem ao encontro dos interesses da comunidade envolvida, nada encontramos que pudesse impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do soberano Plenário desta Casa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à proposta, opinando pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 016/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Autoriza a realização de plebiscito para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Reserva do Iguaçu, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado a realização de Plebiscito, na área territorial abaixo descrita, para que a população manifeste-se sobre a criação do Município de Reserva do Iguaçu:

"(Limitando-se com Município de Guarapuava) - Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Jordão, seguindo por este até a foz do Rio Capão Grande - (Limitando-se com o Município de Pinhã) - Começa no Rio Jordão, na foz do Rio Capão Grande, subindo por este até a foz do Rio Pontão e por este acima até sua nascente; deste ponto em linha seca e reta, no sentido geral leste, até alcançar a nascente do Rio São Pedro, descendo pelo Rio São Pedro até sua foz no Rio Iguaçu - (Limitando-se com o Município de Palmas) - Começa da foz do Rio São Pedro na confluência com o Rio Iguaçu, desguendo por este até a foz do Rio Butiá, divisa entre os Municípios de Palmas e Mangueirinha - (Limitando-se com o Município de Mangueirinha) - Começa no ponto acima, na foz do Rio Butiá, no Rio Iguaçu, seguindo pelo Rio Iguaçu até a foz do Rio

Jordão, ponto de partida."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Apoioamento: 1 ilegível.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 017/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Autoriza a realização de plebiscito, no Município de Cantagalo, para que a população decida sobre a criação do Município de Goioxim. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a Discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/93

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito, na área descrita, no Município de Cantagalo, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Goioxim, com áreas dos Distritos de Goioxim, Pinhalzinho e Jacutinga, conforme memorial descritivo abaixo:

"Começando na confluência do Rio Piquiri com o Rio Cachoeira, na linha perimétrica em confrontação com terras do Município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Cachoeira no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhamento de ordenadas até encontrar a estrada GA 132 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela estrada Municipal GA 132 confrontando com terras do Município de Guarapuava, até encontrar a encruzilhada com a GA 149 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela Estrada Municipal GA 149, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas até encontrar o Rio do Poço na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio do Poço em sua margem direita no sentido descendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a confluência do Rio do Poço com o Rio Juquiá na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiá no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Juquiá com o Rio dos Pedrosos na linha pe-

rimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio dos Pedrosos em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo com vários rumos sucessivos e distância, até encontrar a Estrada do Campo do Bom Jesus. Deste ponto segue pela estrada de rodagem do Campo do Bom Jesus, confrontando com terras do Município de Cantagalo, até encontrar o Rio do Cobre na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal constituída pelo Rio do Cobre em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, até encontrar a confluência do Rio do Cobre com o Arroio do Jaráu ou Doutor, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Arroio do Jaráu ou Doutor, em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até a sua nascente. Deste ponto segue pela Cumeada da Serra do Jarão, divisa interdistrital com Marquinho até a nascente do Rio Guampará. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio Guampará em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Guampará com o rio Piquiri, na linha perimétrica. FINALMENTE, deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Piquiri no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Piquiri com o Rio Cachoeira descrito na inicial, onde começou e encerra a demarcação deste polígono".

MEMORIAL DESCRITIVO DA SEDE  
URBANA DO MUNICÍPIO

"Começando na confluência do Arroio da Divisa com o rio Juquiã na linha perimétrica em confrontação com terras do futuro município de Goioxim, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiã no sentido descendente, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 1,462 mts., até encontrar a confluência do Rio Juquiã com um Arroio na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiã no sentido descendente, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 1,153mts., até encontrar a ponte sobre o Rio Juquiã na linha perimé-

trica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiã no sentido descendente, confrontando com terras do futuro município de Goioxim, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 656,00 mts., até encontrar uma linha seca poligonal perimétrica com percurso retilíneo, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com rumos sucessivos de SE 50°30'NW mediu-se 56,70mts., a rumo de SE 25°30'NW mediu-se 110,30mts., a rumo de SE 0°27'NW mediu-se 26mts., onde encontra-se a margem de um Arroio de Divisa na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela margem direita de um Arroio de Divisa no sentido ascendente confrontando com terras do futuro Município de Goioxim cruza a estrada de rodagem que se dirige para a cidade de Cantagalo, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 620,00mts., onde encontra-se uma linha seca divisória. Deste ponto segue por duas (2) linhas secas do perímetro, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com os rumos sucessivos de SW 80°30'NE mediu-se 567,00mts., a rumo de SW 34°30'NE mediu-se 250,00mts., até encontrar a margem de um Arroio na linha perimétrica. Deste marco segue pela linha poligonal perimétrica constituída por um Arroio em sua margem direita no sentido ascendente, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 186,00mts., até a linha seca perimétrica. Deste ponto segue por cinco linhas secas poligonais perimétricas com um percurso retilíneo, confrontando com terras do futuro município de Goioxim, com os rumos sucessivos de SW 50°30'NE mediu-se 34mts., a rumo de SE 21°00'NW mediu-se 108,00mts., a rumo de SW 48°00'NE mediu-se 30,00mts., a rumo de SE 21°00'NW mediu-se 108,00mts., a rumo de SW 48°00'NE mediu-se 30,00mts., a rumo de NW 46°00'SE mediu-se 113,00mts., a rumo de SW 10°00'NE mediu-se 984,00mts., até encontrar a margem de um Arroio de Divisa na linha perimétrica. FINALMENTE, deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita de um Arroio de Divisa no sentido descendente confrontando com terras do futuro município de Goioxim, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 940,00mts., até encontrar a confluência do Rio Juquiã na linha perimétrica, onde começou e encerra a demarcação desta área".

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Apoiamento: Arlindo Troian, Oswaldo Trevi-  
san, José Arthur Ritti, Coste-  
naro Neto, Emilia Belinati,  
Mário Bezerra e Colombino  
Grassano.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 017/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Nobres Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti, visa a criação do Município de Goioxim desmembrado do Município de Cantagalo, com as áreas que especifica.

Tal proposição, na forma apresentada, atende o disposto na Lei Complementar 56 e ainda o que dispõe a Lei Complementar 70.

Dessa forma, procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição e de acordo com a documentação apresentada, e considerando que vem ao encontro da vontade da comunidade envolvida, nada encontramos que pudesse impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do soberano Plenário desta Casa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à Proposta, opinando pela sua aprovação de acordo com Projeto de Resolução anexo.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. RENATO ADUR (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta a V.Exa. mediante seu anúncio da nova composição dos números das Comissões, se não há necessidade de se fazer uma nova eleição interna nas Comissões para composição da Presidência e vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nos casos em que dadas modificações ocorridas em função da não permissão do Bloco Parlamentar Independente nas Comissões em que ocorrer a vacância do cargo. As Comissões terão que assim proceder e as Comissões são soberanas para decidirem sobre a permanência do seu Presidente e do seu vice-Presidente, seja C.C.J. ou nas demais Comissões.

O SR. RENATO ADUR - E como ficam os Deputados que mudaram de partido?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Deputados que mudaram, as mudanças já foram consideradas por ocasião dos novos cálculos. Cabe às Lideranças indicarem os novos membros das Comissões e se for o caso, no entendimento da comissão processar

a eleição dos novos Presidente e vice-Presidente.

O SR. RENATO ADUR - Tem um prazo específico?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Prazos estabelecidos pelo Regimento da Casa, quanto à eleição do novo Presidente e instalação das Comissões.

Nesse caso não se trata de instalar a Comissão de Constituição e Justiça ou demais Comissões, porque elas já estão instaladas. Estão sendo reformuladas. Entendo que as Lideranças devam indicar os seus representantes, nos casos em que se justificar, para que possam as comissões trabalharem em ritmo normal e dentro do que estabelece o Regimento.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 3737 e 3738, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3705, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 3740, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s. 030, 054 e 055/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 056 e 453/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 523 e 525/93; e dos Projetos de Resolução n°s. 013, 014, 016 e 017/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 327, 017, 053, 181, 225, 250, 261, 372, 378, 417, 427, 429, 454, 455, 460, 495, 521 e 524/93; e do Projeto de Resolução n°. 003/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 421, 428, 446, 451, 470, 472, 473, 474, 479, 485, 487, 488 e 532/93.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a Sessão.